

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

FABIANA FONTOURA CANDIDO

**TRAUMA, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *BECOS DA MEMÓRIA*, DE
CONCEIÇÃO EVARISTO**

PORTO ALEGRE

2016

FABIANA FONTOURA CANDIDO

**TRAUMA, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *BECOS DA MEMÓRIA*, DE
CONCEIÇÃO EVARISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada
em Letras – Línguas Portuguesa e Inglesa – pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt

PORTO ALEGRE

2016

FABIANA FONTOURA CANDIDO

**TRAUMA, MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *BECOS DA MEMÓRIA*, DE
CONCEIÇÃO EVARISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada
em Letras – Línguas Portuguesa e Inglesa – pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt

Apresentado em _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Ana Lúcia Liberato Tettamanzy – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profª M.ª Camila Alexandrini – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Candido, Fabiana Fontoura

Trauma, memória e identidade em Becos da memória,
de Conceição Evaristo / Fabiana Fontoura Candido. --
2016.

57 f.

Orientadora: Rita Terezinha Schmidt.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa
e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e
Literaturas de Língua Inglesa, Porto Alegre, BR-RS,
2016.

1. Literatura Afro-brasileira. 2. Trauma. 3.
Memória coletiva. 4. Identidade. 5. Pós-colonial. I.
Schmidt, Rita Terezinha, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo aprendizado diário, pelas conversas sinceras, por todo carinho e pelo amor incondicional.

Aos familiares e amigos que me apoiaram ao longo deste e de outros caminhos.

Ao João Paulo Langhanz, por ser incrível e sempre me apoiar em todos os meus projetos e sonhos, dividindo-os comigo e tornando-os reais.

Aos amigos de longa data, em especial à Aline Alves, Christian Lopes, Desiree Radde e Ana Paula Fernandes.

Aos professores do Instituto Estadual Professora Gema Angelina Belia, por serem profissionais excelentes e sempre me incentivarem a ser uma professora melhor.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aos professores do curso de Letras e da Faculdade de Educação por todas as oportunidades de crescimento pessoal e profissional ao longo da graduação.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rita Terezinha Schmidt, por ter acreditado na ideia e nos objetivos deste trabalho e por direcionar com maestria e sensibilidade todo o processo de pesquisa e elaboração.

Às professoras examinadoras, Ana Lúcia Liberato Tettamanzy e Camila Alexandrini, por terem aceito o convite e pela disponibilidade.

Às colegas e amigas Ângela Trevisol e Tamara dos Santos por todas as trocas e conversas animadoras ao longo deste percurso. À Carolina Chiarelli Cheik um agradecimento especial pela tradução do resumo e pela amizade.

Ao PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – pela oportunidade de estar em sala de aula ainda durante a graduação e qualificar a minha formação. Às professoras coordenadoras do PIBID Língua Portuguesa, Lucia Rottava e Jane Naujorks, pela direção precisa, e às professoras supervisoras Sônia de Souza e Graça de Carli pela escuta e diálogo sobre a docência.

Aos colegas do curso de Letras, pela troca de saberes e experiências.

Aos alunos – do PIBID e dos estágios – por dividirem comigo as suas leituras de mundo.

“Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então, as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. ”

(Conceição Evaristo – *Insubmissas lágrimas de mulheres*)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de investigar como se dá o processo de elaboração do trauma e da memória na narrativa de *Becos da memória* (2013), de Conceição Evaristo, tendo em vista os processos historicamente violentos e excludentes de formação da sociedade brasileira que buscavam consolidar uma nação “civilizada” e considerando que este é um texto representativo da Literatura Afro-brasileira. Para tal, serão utilizadas as reflexões de Michel Foucault (2012) para compreender as propriedades reguladoras e autorizadoras do discurso, bem como os estudos pós-coloniais de Homi Bhabha (2007) para discutir os conceitos de centro e margem a partir da investigação sobre como os personagens de *Becos da memória* são representados desde esse lugar de invisibilidade, silenciamento e resistência. Parte-se, desse modo, do pressuposto de que a cultura é constituída e legitimada através do discurso e que a Literatura, enquanto parte da cultura, dos discursos e instituições que nela existem, tem papel importante nessa dinâmica. O conceito de identidade enquanto construção enunciativa do sujeito também será discutido, com vistas a perceber, na tessitura do romance, como os processos de resistência e identificação são representados.

Palavras-chave: Literatura Afro-brasileira. Trauma. Memória coletiva. Identidade. Pós-colonial.

ABSTRACT

This study aims to investigate the production of trauma and the narrative memory in the novel *Becos da Memória* (2013) by Conceição Evaristo, having the historically violent and exclusive formation processes of the Brazilian society as a context, which sought to consolidate a “civilized” nation, also considering this text representative of African-Brazilian Literature. The reflections of Michel Foucault (2012) will be used to understand the regulatory and legitimating properties in the discourse; the postcolonial studies of Homi Bhabha (2007) are also important to discuss the concepts of centre and border in order to investigate the characters portrayal in the novel from a place of invisibility, silencing, and resistance. It is assumed, from that stand-point, that culture is constituted and legitimated through discourse, and that Literature, as a part of culture, and the discourses and institutions that exist inside it, has an important role in that dynamic. The concept of identity, as an enunciative construction of the subject, will also be discussed in order to realize, along the novel, how the processes of resistance and identification are portrayed.

Keywords: African-Brazilian Literature. Trauma. Collective Memory. Identity. Postcolonial.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PANORAMA HISTÓRICO DO POVO NEGRO NO BRASIL: SÉCULO XVI ATÉ SÉCULO XIX	14
2.1 IDENTIDADE(S) E LITERATURA: O CONTEXTO BRASILEIRO.....	20
2.2 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: PERCURSO HISTÓRICO.....	25
3 TRAUMA E MEMÓRIA COLETIVA EM <i>BECOS DA MEMÓRIA</i>	32
3.1 A MEMÓRIA DOS LOCAIS: O DESFAVELAMENTO.....	40
3.2 MARIA-NOVA: MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	45
3.3 TIO TOTÓ E BONDADE: TRAUMA E MEMÓRIA.....	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravatura, em 1888 (IBGE, 2010). O fim de um sistema que perdurou por quase 400 anos não significou cidadania e inserção social para os negros e negras brasileiros. Apesar de avanços significativos nos últimos anos – como a promulgação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de cultura e história afro-brasileira nas escolas – este processo está longe de terminar.

A escola, enquanto instituição, é um dos mais fortes aparatos que regulam, legitimam e disseminam uma cultura. Foi durante o desenvolvimento do projeto de Estágio de Docência em Português I com uma turma do oitavo ano do ensino fundamental de uma escola porto-alegrense que se fez presente a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre os processos descritos de forma poética e elaborada em *Becos da memória* (2013). O estágio foi realizado em parceria com a colega Ângela Trevisol, no segundo semestre de 2015. Ambas participantes do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência)¹ Língua Portuguesa, partilhamos a convicção de que a educação em Língua Portuguesa e Literatura praticada na escola deve visar à formação de um aluno crítico e consciente quanto ao que lê e vive diariamente.

Amparadas nas reflexões de Paulo Freire, acreditamos que primeiro lê-se o mundo e a realidade e, então, os discursos que a compõem. Por isso escolhemos *Becos da memória*, pois objetivávamos problematizar questões sociais existentes na atual sociedade brasileira e presentes no texto literário, como a desigualdade na distribuição de renda e o preconceito racial, por exemplo. Ao trabalhar com uma obra de literatura afro-brasileira contemporânea estávamos lidando diretamente com os múltiplos olhares – quase sempre acusadores ou negligentes – que a sociedade lança sobre essas questões. Embasamos o projeto também no que os *Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul* (2009) preconizam, ao ter como centro da aula o texto e como objetivo a formação de um sujeito leitor crítico, e também com as proposições dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), que definem como objetivos para a educação no ensino fundamental o respeito à diversidade e a reflexão sobre a organização e o funcionamento da sociedade brasileira.

Com esses objetivos em mente, selecionamos os trechos da narrativa a serem lidos e trabalhados em sala de aula, visto que o tempo de duração do estágio não permitiria a leitura

¹ Programa mantido pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e que se propõe a ser uma parceria entre universidade e escola pública, contribuindo para a formação de estudantes de licenciatura, professores e alunos do ensino básico.

integral da obra, e definimos como produto final a ser produzido pela turma a escritura de um livro de memórias escolares, a exemplo das passagens em que uma das principais personagens de *Becos* rememora suas experiências em sala de aula.

Surpreendemo-nos com o resultado das aulas: os alunos pareciam chocados com aqueles trechos do livro. Era como se uma nova realidade, soterrada, sobre a qual não se pode falar, estivesse bem em frente a eles. Em uma das aulas, em que tratávamos sobre a conflituosa relação entre os moradores da favela e do bairro rico vizinho, um dos alunos afirmou que todo pobre tem tendência a ser ladrão, a roubar e a praticar crimes. Percebemos, desse modo, a grande necessidade de planejar um trabalho focado na desconstrução de estereótipos e preconceitos. É interessante notar que todas essas ideias pré-concebidas estão interligadas: porque é pobre irá roubar, porque é negro mora na favela, porque é preguiçoso não procura oportunidades, etc. Todos esses rótulos surgiram ao longo das aulas e das discussões que fazíamos sobre os trechos escolhidos do texto de Conceição Evaristo.

Através do texto literário, instigávamos os alunos a refletir sobre essas ideias prontas e a confrontá-las com a realidade que eles experimentam todos os dias, afinal ninguém ali havia nascido com essas concepções. A faixa etária dos alunos estava entre 13 e 14 anos, ou seja, esses discursos foram internalizados ao longo do crescimento e da socialização, como uma leitura – a única, a certa – da sociedade, e precisávamos questioná-los, abalá-los na certeza desses preconceitos.

Foi com grande satisfação enquanto professora em formação que conheci as reflexões de bell hooks² sobre a docência, dispostas em seu livro de ensaios *Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom* (1994). Para a autora, que é professora universitária nos Estados Unidos, os professores devem ensinar para transgredir (“teaching to transgress”), isto é, transgredir os sistemas hegemônicos de verdade historicamente vigentes em nossa sociedade, através do questionamento e da reflexão crítica sobre eles. Também leitora assídua de Paulo Freire, bell hooks afirma que encontrou nele eco para muitos de seus questionamentos enquanto estudante e docente e, principalmente, matéria para formular mais perguntas. A educação como prática de liberdade (“education as the practice of freedom”), formulada por Freire, representa para hooks um ensino comprometido com a realidade do aluno, com suas vivências fora da sala de aula e suas potencialidades. Acima de tudo, a autora afirma que a prática docente deve ser

² Gloria Watkins prefere ser assim chamada, sem a marcação de letras maiúsculas em seu pseudônimo, bell hooks.

interessante para o aluno, instigante, e não maçante, desconexa do que ele vive fora da escola ou da universidade.

Enquanto trajetória pessoal de quem procura articular todas essas bases teóricas para o exercício da docência, é difícil precisar quando iniciou a minha formação docente. Desde que ingressei na Licenciatura em Letras? Antes? Talvez. O que posso afirmar é que atuar em sala de aula antes da diplomação, através do PIBID Língua Portuguesa, foi um marco nessa formação. Lá, por meio da elaboração dos projetos e das aulas, do contato face a face com os alunos, foi que essa formação – ou pelo menos a tomada de consciência sobre ela – fez-se presente, imperativa. Através do PIBID pude colocar em prática essas noções: levar para a sala de aula de escolas públicas de Porto Alegre projetos cujo objetivo era a formação de um sujeito crítico, autônomo, capaz de ler a realidade (no sentido freireano de leitura) e agir sobre ela. Para mim, esse é o trabalho do professor de Língua Portuguesa e Literatura: oportunizar aos alunos um espaço de acolhimento e discussão, fomentado por leituras literárias e não-literárias, em que eles possam expressar suas visões sobre suas realidades para, então, refletir e agir sobre elas.

As tentativas de unir teoria e prática, de compreender a relação entre leitor e leitura na sala de aula e o meu papel nessa dinâmica enquanto professora foram os pontos de partida para a realização deste trabalho, na medida em que as situações provocadas pela leitura e pelas atividades com o texto literário ao longo do estágio de Português I mostraram-se tão complexas a ponto de tornar-se imprescindível um olhar mais atento a *Becos da memória* (2013) e ao que ele desperta. Wanderlei Geraldi, em seu livro *Portos de Passagem* (2003), afirma que o texto deve ser o ponto de partida e de chegada da aula de Língua Portuguesa. O autor usa uma expressão que se pode dizer muito bem a respeito da natureza do romance de Conceição Evaristo e do seu estudo em sala de aula: é uma “história contida e não contada” (GERALDI, 2003, p.135), e trabalhar com o **texto** como centro, especialmente um texto representativo da Literatura Afro-brasileira, é com certeza trazer à tona muitas histórias contidas.

A própria história de publicação de *Becos da memória* (2013) e a história pessoal de Conceição Evaristo evidenciam a dificuldade de levar essa “história contida” ao público: escrito em 1988, apenas em 2006 o texto foi publicado pela primeira vez, devido a dificuldades financeiras. A escritora trabalhou como doméstica para poder se sustentar e terminar o curso normal, aos 25 anos. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro e conseguiu ingressar no curso de Letras da UFRJ, cursando mestrado e doutorado posteriormente. Entre os seus livros mais

conhecidos estão *Ponciá Vicêncio* (2003), traduzido para a Língua Inglesa, e *Insubmissas lágrimas de mulheres*, lançado em 2011.

Becos da memória (2013) tem como mote a retirada de várias famílias de uma favela, em Belo Horizonte, na década de 60. O que mantém o fio narrativo, embora não em sequência cronológica linear, são as histórias que a personagem Maria-Nova ouve e interpreta, procurando significá-las em seu mundo: a realidade de uma menina negra de 9 anos, entrando na adolescência, que vê sua família e vizinhos sob a ameaça do desfavelamento e começa a entrar em contato com todo um passado histórico através das histórias que recolhe.

Diante desse contexto literário em sala de aula, eu precisava entender, basicamente, porque, ao finalizar a leitura de um trecho do livro, os alunos olhavam para baixo, em um silêncio pesaroso. Quando questionados sobre o que haviam acabado de ler, disseram que era **forte**. O que poderia ser tão forte para deixar aqueles trinta e um adolescentes em silêncio absoluto? Que processos ou práticas sociais estariam ali descritos – e ressoavam tão forte na realidade dos alunos – que eles nem conseguiam falar a respeito?

As respostas para essas perguntas – ou pelo menos o delineamento de muitas delas – estão aqui descritas e são o conteúdo deste trabalho, estruturado da seguinte forma: primeiramente um panorama compreendido entre os séculos XVI e XIX sobre o povo negro no Brasil e reflexões a respeito da representação do sujeito negro na Literatura Brasileira deste período. A história da Literatura Afro-brasileira também será estudada, com o objetivo de perceber como ela tem sido constituída e quais suas características. No terceiro capítulo, já aprofundando questões que perpassam *Becos da memória* (2013) enquanto exemplo desta literatura, são estudados os conceitos de trauma, memória, identidade e narração, de forma a explicitar como subjazem o texto literário, com o objetivo de analisar personagens específicos que são representativos destes conceitos. O capítulo quatro, por fim, apresenta as considerações finais sobre a pesquisa realizada, relacionando o estudo sobre a narrativa com as motivações que levaram ao desenvolvimento deste estudo.

Por meio deste trabalho, procuro responder as questões levantadas ainda naquela aula, buscando por um maior entendimento sobre o texto literário de Conceição Evaristo e sobre a Literatura Afro-brasileira, marcada pela busca de representatividade, voz e visibilidade. Para tal, o romance será analisado à luz do contexto histórico de formação da sociedade brasileira, a partir dos conceitos de identidade, identidade cultural, alteridade e diferença (BERND, 2003;

1992), identidade étnica (MONTES, 1996; PALMEIRA, 2011), discurso (FOUCAULT, 2012) e discurso colonial (BHABHA, 2007), sempre buscando a especificidade do contexto brasileiro.

As noções de etnia, centro, cânone e margem também serão abordadas para discutir e analisar a Literatura Afro-brasileira em comparação ao que se entende, devido a amplos e complexos processos históricos, por eurocentrismo na literatura e no pensamento brasileiro. Estes processos serão estudados desde a perspectiva de que trauma e memória podem influenciar no fazer narrativo, caracterizando-se por marcas que explicitam a existência de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1989) que antecede e permeia a comunidade que se vê diante do trauma. Para isso, serão utilizados os trabalhos de Hartman (2003), Luckhurst (2008) e Caruth (1991) como base teórica.

2 PANORAMA HISTÓRICO DO POVO NEGRO NO BRASIL: SÉCULO XVI ATÉ SÉCULO XIX

O Brasil, enquanto colônia de Portugal, integrou o sistema escravocrata – explorando primeiro os indígenas e depois os negros africanos – desde o início do século XVI até o final do século XIX, mais precisamente (e oficialmente) até 1888. Milhares de negros africanos foram capturados na costa do continente e trazidos em condições desumanas para serem negociados na colônia brasileira, movimentando um esquema altamente lucrativo de busca e procura por material humano para trabalho compulsório. Segundo Castro (2012):

Do século XVI a XIX, o tráfico para o Brasil concentrou-se na região subsaariana em territórios da população nígero-congolesa e trouxe para a antiga colônia portuguesa das Américas **um contingente humano estimado em quatro milhões de indivíduos escravizados**. (p.2, grifos meus)

A mão-de-obra negra escravizada era utilizada principalmente nas plantações de cana-de-açúcar e em fazendas, e os escravizados também faziam trabalhos domésticos. Marquese (2006) faz uma distinção entre o trabalho escravo no primeiro século de exploração e o praticado até a abolição: segundo o autor, a natureza do sistema de trabalho escravocrata presente no Brasil até quase 1700 baseava-se na mesma estrutura das *plantations* do Caribe francês, ou seja, trabalho braçal exaustivo em plantações. O autor argumenta que, após a dissolução do Quilombo dos Palmares, em 1694, o sistema colonial português adotou novas medidas para o controle de revoltas, entre elas a própria definição da atividade de capitão-do-mato, responsável por recapturar escravos fugitivos, e delimitação do seja um quilombo:

A institucionalização da figura do capitão-do-mato e a definição de quilombo como qualquer ajuntamento composto de alguns poucos escravos fugitivos teriam tolhido, já no nascedouro, a formação de comunidades rebeldes com as proporções de Palmares. (MARQUESE, 2006, p.108)

O autor, porém, afirma que as maiores mudanças foram em relação à dinâmica senhor-escravo e à possibilidade de alforria, seja através de poupança acumulada pelos próprios escravizados ou em forma de “favor” concedido pelos senhores.

Essas novas dinâmicas de relacionamento podem estar interligadas ao que Martinez (1992) considera como mitos da escravidão brasileira, como o paternalismo dos senhores e o “apadrinhamento” dos escravizados pelos fazendeiros. O que se pode deduzir desses estudos é que, a partir da revolta de Palmares, as relações entre escravo e senhor passaram por mudanças que visavam “acalmar” os escravizados, a fim de que novas revoltas não acontecessem. Essas

relações, completamente assimétricas em termos de representação e poder, constituíram diferentes fases do processo escravocrata.

Ao longo desse processo, foram usadas várias justificativas para a escravização. Martinez (1992) destaca, principalmente, o mito do africano escravocrata: como os próprios africanos já promoviam a escravização, então não haveria problema em escravizá-los. O autor, porém, afirma que essa prática não era comum entre os povos africanos da época e não correspondia ao tamanho do aparato montado a partir do século XVI para o tráfico comercial. Martinez contesta, ainda, que o principal motivo para a ocorrência de escravização entre esses povos eram as guerras, e não a busca por mão-de-obra barata, como o sistema colonial escravocrata buscava.

Outra justificativa seria de ordem cultural e religiosa: como os povos africanos não tinham “civilização”, os colonizadores estariam fazendo um bem, catequizando-os e doutrinando-os. A Igreja Católica do Império, por sua vez, não contestava essa ideia e, de certa maneira, a incentivava, como verificamos nos Sermões de Padre Vieira, em que ele bendiz a sorte dos escravizados em serem “salvos pela fé”:

Começando, pois, pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que **deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazidos a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salveis.** Fez Deus tanto caso de vós, e disto mesmo que vos digo, que mil anos antes de vir ao mundo, o mandou escrever nos seus livros, que são as Escrituras Sagradas. - Virá tempo, diz Davi, em que os etíopes - que sois vós - deixada a gentilidade e idolatria, se hão de ajoelhar diante do verdadeiro Deus: *Coram illo procident Aethyopes* - e que farão assim ajoelhados? Não baterão as palmas como costumam, mas, fazendo oração, levantarão as mãos ao mesmo Deus: *Aethyopia praeveniet manus ejus Deo.* - **E quando se cumpriram estas duas profecias, uma do Salmo setenta e um, e outra do salmo sessenta e sete? Cumpriram-se principalmente depois que os portugueses conquistaram a Etiópia ocidental, e estão se cumprindo hoje, mais e melhor que em nenhuma outra parte do mundo nesta da América, aonde trazidos os mesmos etíopes em tão inumerável número, todos com os joelhos em terra, e com as mãos levantadas ao céu, crêem, confessam e adoram** no Rosário da Senhora todos os mistérios da Encarnação, Morte e Ressurreição do Criador e Redentor do mundo, como verdadeiro Filho de Deus e da Virgem Maria. Assim como Deus na lei da natureza escolheu a Abraão, e na da escrita a Moisés, e na da graça a Saulo, não pelos serviços que lhe tivessem feito, mas pelos que depois lhe haviam de fazer, **assim a Mãe de Deus, antevendo esta vossa fé, esta vossa piedade e esta vossa devoção, vos escolheu de entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da Igreja, para que lá, como vossos pais, vos não perdêsseis; e cá, como filhos seus, vos salvásseis.** (VIEIRA, 1633, Sermão XIV, parte VI, grifos meus)

As pressões geradas por movimentos abolicionistas levaram a diferentes medidas adotadas na política luso-brasileira colonial. Não se pode esquecer que, nesse mesmo contexto,

houve a proclamação de Independência do Brasil, em 1822 e, logo após a abolição oficial da escravatura, a passagem do sistema imperial para o republicano, em 1889. Um exemplo dessas medidas é este trecho do documento *Proteção aos Escravos*, constituído por 32 artigos e apresentado em 1823 por José Bonifácio à Assembleia Constituinte do Império:

Art. 5º – Todo escravo, ou alguém por ele, que oferecer ao senhor o valor por que foi vendido, ou por que for avaliado, será imediatamente forro.

Art. 6º – Mas se o escravo, ou alguém por ele, não puder pagar todo o preço por inteiro, logo que apresentar a sexta parte dele, será o senhor obrigado a recebê-la e lhe dará um dia livre da semana, e assim à proporção mais dias, quando for recebendo as outras sextas partes até o valor total.

Art 7º – O senhor que forrar escravos gratuitamente, em prêmio de sua beneficência, poderá reter o forro em seu serviço por 5 anos, sem lhe pagar jornal, mas só o sustento, curativo, e vestuário; mas, se um estranho o forrar na forma dos arts. 5º. e 6º., poderá contratar com o forro o modo da sua indenização em certos dias de trabalho, cujo contrato será revisto e aprovado pelo juiz policial curador dos escravos. (CARNEIRO, [1950], p.22)

Pode-se verificar, assim, que se previam formas de alforria e de regulamentação de tratamento aos escravizados. Este ofício, contudo, é o mais impressionante: após a assinatura da Lei Áurea, manda reunir e destruir todos os documentos e atas de controle de venda e compra de escravos no território do Império:

Queima dos Arquivos da Escravidão

(Aviso do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa, 1890)

Manda queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda

Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira [...] (CARNEIRO, [1950], p.72)

É possível constatar, através desses documentos e das justificativas para a exploração do trabalho escravo, que, em um primeiro momento, acreditava-se que esse seria o caminho para alavancar o progresso da colônia, de modo que os colonizadores não precisassem trabalhar. Com o passar dos anos e as pressões geradas por movimentos abolicionistas, a escravidão passa a ser vista como um mal, como uma praga em solo brasileiro, como sustenta Ruy Barbosa: “a

instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral”. De acordo com Schwarcz (1993),

Na verdade, para esses políticos, tratava-se de terminar com o cativo, e a tarefa reduzia-se e resumia-se a um ato. Não se previam projetos de incorporação da mão-de-obra e nem ao menos ressarcimentos, na medida em que, apoiados no “benefício da lei”, **acreditavam esses senhores que a escravidão era o mal da nação e que sua extinção extirparia o veneno na raiz. Tal qual um passe de mágica, a situação se resolveria por si só**, com uma negociação entre os mesmos senhores e seus, agora, ex-escravos, que chegariam a acordos sobre sua incorporação. (p.158, grifos meus)

Após a abolição, os descendentes do povo negro³ trazido ao Brasil não tinham nada além de uma lei no papel. Materialmente e à longo prazo, nada foi oferecido a essas pessoas, nenhum plano ou perspectiva de participação ou integração na sociedade brasileira. No campo da educação e da literatura não foi diferente: os negros e negras não tinham acesso ao sistema educacional e, não-alfabetizados, não conseguiam escrever e publicar no Brasil.

Diante desse contexto, é necessário pensar nas condições de educação e bem-estar social existentes e possíveis aos negros e, mais especificamente, no papel da Literatura nesse cenário. Foucault, em *A ordem do discurso* (2012), reitera a **vontade de verdade**, o poder e o perigo dos discursos que circulam nas sociedades e são tidos como corretos, verdadeiros e válidos.

É interessante pensar na “obrigação” expressa pelo ministro Ruy Barbosa de queimar todos os arquivos referentes à escravidão na colônia brasileira. Um sistema que perdurou por quase quatrocentos anos, com práticas e rotinas consolidadas – como podemos ver nas proposições de José Bonifácio: havia toda uma regulamentação sobre a *posse* e tratamento dos escravizados – e, principalmente, discursos ligados à essa instituição, a essa prática, não desaparece a partir de um ofício para queima de documentos. Nota-se, desse modo, a vontade de verdade em apagar todos os vestígios – discursos – constitutivos do sistema escravocrata colonial. Segundo Foucault:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela também é reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2012, p.16-17)

³ Compreendo que sujeitos de diferentes comunidades africanas foram trazidos ao Brasil, mas uso “povo negro” no singular para marcar a condição partilhada de afro-descendentes brasileiros que, ao meu ver, distingue totalmente a história/memória dessas comunidades antes e depois da chegada forçada ao país.

É nesse contexto validador de discursos e do saber que a Literatura, especialmente a Afro-brasileira, mostra-se como campo aberto para estudos; diante desse contexto histórico, pós-abolição da escravatura, como o negro foi representado nas narrativas? Como representou? Como essas obras foram recebidas? Frente a essas perguntas genéricas, muito maiores do que a proposição e os objetivos deste trabalho, trago os estudos realizados por Heloísa Toller Gomes e reunidos no livro *O negro e o Romantismo brasileiro* (1988), em que ela analisa como o negro foi representado enquanto personagem e como tema. Segundo a autora, esse estudo justifica-se “[...] justamente por não ser o “social” a sua principal meta mas sim o estético, a literatura é capaz de expressar agudamente os anseios, angústias, ideologias de toda uma sociedade” (GOMES, 1988, p.4).

O que Gomes encontrou em sua análise é que, via de regra, há uma grande invisibilidade a respeito do negro. De acordo com a autora, falou-se nos textos literários do Romantismo muito mais sobre a escravidão do que sobre o negro e a negra enquanto indivíduos, sujeitos que viveram essa realidade:

Na maior parte dos textos abolicionistas o negro é tratado mais como o símbolo vivo de uma ideia – a de que a escravidão é inaceitável – do que como a representação de uma figura humana: sua voz raramente é ouvida, seus traços psicológicos e mesmo físicos, grosseiramente simplificados. Pinta-se, quando muito, o “escravo”, não o homem ou a mulher que viveram, na carne, a escravidão. (GOMES, 1988, p.2)

A autora entende que essa invisibilidade decorre do “medo” de representar o negro enquanto sujeito que viveu a escravidão, o que nos remete ao perigo que o discurso carrega e pode produzir, enfatizado por Foucault (2012). Para Gomes:

Foi mais fácil deixar pairar o silêncio sobre o negro ou, quando muito, pintar a escravidão como instituição benevolente ou cruel, do que tentar ver e expressar o que se passava dentro da realidade da senzala: senzala essa tão desconhecida quanto acusadora. (GOMES, 1988, p.3)

Em suma, o que Gomes defende é que, apesar da grande comoção humanitária e libertária pelo fim da escravidão, os escritores do Romantismo brasileiro sentiam-se receosos em retratar o negro em seus textos, por diversos motivos, inclusive desconhecimento sobre a realidade da escravidão e os meandros desse sistema social, político e econômico. Assim como exemplificado por Foucault (2012), os sistemas de ensino, os livros e as bibliotecas são parte dos discursos que circulam na sociedade, integram essa grande vontade de saber que nos tolhe ou nos autoriza em nossas práticas sociais e discursivas. O que faz um discurso ser autorizado ou não – como a representação do negro nos textos analisados por Heloísa Gomes (1988) – diz

muito sobre a vontade de verdade da sociedade da época, suas proibições e interdições enquanto reguladora de discursos.

As constatações da pesquisadora levam ao contraste entre civilização e barbárie, no qual a civilização representa um modelo a ser seguido e implementado em larga escala e a barbárie representa práticas que devem ser extintas, apagadas e substituídas por um modelo de cultura/sociedade. Ainda que não disposto explicitamente nos textos literários, esse contexto é próprio da colonização, do que é exemplo os excertos de textos do poeta Fernando Pessoa encontrados recentemente: “A escravatura é lógica e legítima: um zulu ou um landim não representa coisa alguma de útil neste mundo”; e sobre a mulher: “Na nossa época, (a mulher) supõe-se com direito a ter uma personalidade; o que pode parecer justo e lógico, e outras coisas parecidas; mas que infelizmente foi de outro modo disposto pela natureza” (CAVALCANTI FILHO, 2011 apud TENÓRIO, 2016, *Jornal Zero Hora*, p.5).⁴

Homi Bhabha (2007) explicita que o discurso colonial utiliza o confronto entre civilização e barbárie para justificar os processos e sistemas de colonização, dos quais a Literatura é um exemplo, de modo que o apagamento da voz dos negros e das negras brasileiros na Literatura reflete essa dicotomia e está presente em nossa história literária, pressupondo uma totalidade ou universalidade da Literatura Brasileira ao definir o que possui **valor** suficiente para integrar essa literatura ou não, ao definir o que é centro (cânone) e o que é margem.

A Literatura Afro-brasileira, denominada como tal a partir do século XX, é um marco na busca por voz e espaço na sociedade brasileira, pois questiona esses discursos comuns de que certos grupos têm, socialmente, um lugar inferior a ocupar. Faz-se importante perceber este percurso histórico de negação e invisibilidade e discutir sobre seu alcance e consequências na sociedade brasileira e na Literatura porque ele influencia diretamente no objeto deste trabalho, o romance *Becos da memória* (2013), de Conceição Evaristo.

⁴ A matéria intitulada “Uma outra face do poeta” escrita por Jeferson Tenório para o *Jornal Zero Hora* pode ser lida no seguinte endereço: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2016/01/declaracoes-racistas-de-fernando-pessoa-reacendem-a-discussao-sobre-a-relacao-entre-os-artistas-e-suas-obras-4952826.html>> Acesso em: 15 abr. 2016.

2.1 IDENTIDADE(S) E LITERATURA: O CONTEXTO BRASILEIRO

Homi Bhabha, em *O local da cultura* (2007), discorre sobre as especificidades da identidade colonial, atravessada por questões de deslocamentos e embates entre o Eu e o Outro, remetendo à ideia de alteridade. Ao tratar da formação das identidades no contexto colonial, Bhabha afirma que há uma “alienação colonial da pessoa”, levada à cabo pela “profanação de cultura e território”, bem como da própria psique e desejo do colonizado, e que culmina em um “estado colonial de emergência” (p.71).

Os conceitos de **alienação colonial** e de **estado colonial de emergência** são especialmente esclarecedores sobre os processos de formação de identidades em sociedades coloniais, na medida em que entendem aspectos notórios do processo de colonização através da perspectiva psicanalítica de Lacan: há o **desejo colonial**, isto é, o desejo do colonialista em subjugar o colonizado, em dominá-lo. É nesse sentido que Bhabha utiliza o termo “emergência”: emergem, veem à tona, desejos vinculados a essa alienação colonial. Além do desejo do colonialista, há o desejo do colonizado em assumir o papel de liderança, ou seja, há o desejo de ocupar o **lugar** (*locus*) do Outro e subjugar-lo, em uma distorção desses papéis. Bhabha aponta, porém, que junto com esse desejo de distorcer os papéis há também o desejo de vingança por parte do colonizado/subjugado, na medida em que a memória da colonização, dessa alienação, sempre estará presente, e mantém a identidade do Eu subjugado em perspectiva. Desse modo, sempre haverá uma parte do Eu com a marca da subjugação, pois haverá a memória.

O contraste entre civilização e barbárie, tão utilizado para justificar a escravidão, é a base desses processos, pois serve como esteio para a colonização. A falta de civilidade do Eu bárbaro é o que autoriza o Outro civilizado a subjugar-lo e instaurar relações de poder em que o primeiro é visto como pertencente a um estado de cultura/sociedade a ser erradicado e o segundo como pertencente a uma cultura/sociedade modelo, da qual todos devem fazer parte. Assim o sujeito colonizado é sempre visto a partir da perspectiva da falta, do que não tem, e silenciado, já que sua voz, escrita e cultura não têm valor.

Conforme Bhabha, “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (2007, p.111). Podemos entender a

Literatura como um desses sistemas de administração e instrução, na medida em que faz parte da cultura de um povo e é valorizada como expressão dessa cultura.

José Luís Jobim discute, no capítulo intitulado *Identidade nacional e outras identidades* (2013), as implicações de se entender a identidade como escolha exclusiva do indivíduo, em que existem diversas opções à escolha, sem limitações e, por outro lado, perceber a identidade como fruto de processos históricos socialmente construídos ao longo de tempos e de espaços determinados, em uma sucessão de ações e eventos que têm consequências no presente e trazem fronteiras ou limites para a identificação do sujeito. Por exemplo: ter o *status* de cidadão de um país requer uma série de condições e/ou procedimentos, como ter nascido nos domínios geográficos desse país, ser filho de pai com essa cidadania, residir e trabalhar no país há pelo menos vinte anos, entre outras especificidades. Não basta, portanto, o indivíduo se identificar com o local e ter o desejo de identidade que circula naquele contexto, pois há uma série de regulamentos que limitam esse desejo.

Haveria, ainda, a distinção entre a ideia de identidade que compreende a noção de “espírito” que une o povo, em que basta nascer naquela região para possuir uma identidade em comum com o Outro, em contraposição à identidade que é construída através da noção de cidadania igualitária em que, apesar de existirem diferenças (religiosas, linguísticas, raciais, etc.), essas diferenças são respeitadas, de forma que os sujeitos não são excluídos da ideia de nação, remontando ao conceito de alteridade.

Ao tratar da formação da identidade nacional brasileira, o autor afirma que a noção de identidade nacional baseada no “espírito” e na homogeneidade de costumes, crenças e práticas prevaleceu:

Em países como o Brasil recém-independente, houve receptividade às ideias de identidade nacional como algo derivado de um certo espírito do povo, já que a noção de identidade nacional como cidadania igualitária e com um sistema de representatividade nas instâncias de poder entrava em choque, entre outras coisas com a realidade da escravidão, aqui vigente até quase o fim do século XIX. (JOBIM, 2013, p.59)

Sobre a postura de escritores literários diante desse cenário, o autor afirma:

A construção do Estado-Nação no Brasil não pode ser separada do fato de que a oligarquia colonial, composta basicamente de descendentes de portugueses, manteve-se no poder após a independência. Os literatos em geral pertenciam a esta oligarquia, e seu trabalho, criando representações, mitos, imagens que permearam a cultura pública, contribuiu decisivamente para construir o Brasil como comunidade política imaginada, e imaginada como implicitamente limitada e soberana. (Idem, ibidem, p.59)

Para compreender melhor esse contexto de que Jobim (2013) trata e das mudanças no entendimento do conceito de “identidade” ao longo dos séculos XIX e XX, colonial e pós-colonial no Brasil, segundo critérios cronológicos, é necessário voltar-se para teorias vigentes na época nos campos antropológicos e que alcançavam status de verdade no pensamento social de então, de modo que essas foram questões centrais no pensamento intelectual brasileiro, resultando, em espelhamentos também na Literatura.

Segundo a historiadora e antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, no artigo *As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX - O contexto brasileiro* (1996), é no século XIX que a pergunta “quem sou eu?” passa a dominar as discussões nas academias e universidades no Brasil, logo após a abolição da escravatura e começo da República. A procura pela resposta acaba solapando qualquer tentativa de busca por cidadania nas décadas seguintes, dando lugar a um debate acirrado sobre o comprometimento ou não do Brasil enquanto nação devido à presença de não-brancos, aí incluídos indígenas e asiáticos, mas principalmente negros.

Os conceitos antagônicos de monogenismo e poligenismo, alvo de muitas discussões durante o século XVIII, são substituídos por interpretações da teoria evolucionista de Darwin, já no século XIX, que versam sobre a sociedade. O monogenismo implicava o entendimento de que todos os homens teriam a mesma origem e poderiam, portanto, atingir um mesmo fim – o estado civilizado, por exemplo. O poligenismo, por outro lado, defendia que os homens teriam partido de origens distintas e, assim, teriam também fins distintos, com humanidades distintas.

O evolucionismo e a seleção natural passam, então, a ser usados para tentar explicar a organização e situação sociais, embora Darwin nunca tenha concordado com isso, segundo Schwarcz (1996, p. 167). Nascia, desse modo, mesmo à revelia do autor, o **evolucionismo social**, de onde partiram os conceitos de **determinismo geográfico** e **determinismo racial**. O primeiro propunha que as características do meio ambiente em que se vive, como a temperatura e a altura das montanhas, por exemplo, influenciariam diretamente no comportamento e inteligência do povo que habita uma região. O determinismo racial, por sua vez, trouxe quatro máximas para tentar explicar as diferenças entre as raças (SCHWARCZ, 1996). Dentre elas, destacam-se a “raça como fenômeno essencial”: cada raça apresentaria grandes diferenças quando comparadas. A autora cita um exemplo: “Dizia-se com isso que havia, por exemplo, entre o branco e o negro a mesma distância que existia entre o cavalo e a mula” (idem, ibidem, p.169); e a eugenia ou “boa geração”, que pregava a necessidade de zelar pela “boa raça”, já

que ela determinaria bons indivíduos. A eugenia gerou uma política de branqueamento da sociedade brasileira visando a prosperidade da nação, sendo precursora do racismo que conhecemos hoje. É nesse contexto extremo de tentativa de silenciamento e apagamento que o negro – e especialmente a mulher negra – estão imersos ao longo do século XIX.

É possível relacionar esse contexto histórico de silenciamento ao que Jaime Ginzburg afirma, no ensaio *Autoritarismo e Literatura: a história como trauma* (2000), a respeito da formação do Brasil enquanto processo histórico, classificando-a como profundamente autoritária: “no contexto histórico brasileiro, a constituição da subjetividade é atingida pela opressão sistemática da estrutura social, de formação autoritária” (p.44). Essa formação, por sua vez, leva à experiência do trauma e implica em novas constituições dos sujeitos literários e da própria ficção narrativa. Ainda segundo o autor, “ficamos perplexos porque a história pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender [...]” (p.45) e, conseqüentemente, de narrar. Ao estudar a Literatura Afro-brasileira, que emerge deste contexto autoritário – em diálogo com Bhabha e o conceito de “estado colonial de emergência” – é preciso, portanto, trazer à tona os conceitos de identidade cultural e identificação, centrais na dinâmica de relacionamento entre o Eu e o Outro.

Zilá Bernd, em *Literatura e identidade nacional* (2003), afirma que a identidade cultural é um processo atravessado por inúmeros fatores e que deve ser sempre pensado em conjunto com o conceito de **alteridade**, ou seja, em relação ao outro. Para a autora:

A busca de identidade deve ser vista como processo, em permanente movimento de deslocamento, como **travessia**, como uma formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização, entendendo-se a noção de “território” (Deleuze & Guattari, 1977) como o conjunto de representações que um indivíduo ou um grupo tem de si próprio”. (BERND, 2003, p.12, grifo original)

De acordo com essas proposições, pode-se entender a Literatura de grupos historicamente discriminados, como a Afro-brasileira, como permeada de escrituras que visam preencher vazios históricos e latentes dessa constante “reterritorialização e desterritorialização”, em busca de desvelar sentidos e perspectivas. Como descrito anteriormente⁵, trata-se da tentativa dos negros e negras brasileiros, negligenciados e

⁵ Ver Capítulo 2 - Panorama histórico do povo negro no Brasil: século XVI até século XIX.

silenciados ao longo do processo histórico de constituição da identidade brasileira e da Literatura nacional, terem voz. Segundo Zilá Bernd:

Igualmente as literaturas dos grupos discriminados – negros, mulheres, homossexuais – funcionam como o elemento que vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentimento de identidade, essencial ao ato de auto-afirmação das comunidades ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação”. (BERND, 2003, p.15)

Sobre a complexidade do conceito de “identidade”, cabe retomar as reflexões de Montes (1996), que discute a ideia simplista de que possuímos uma identidade - um núcleo identitário que permanece igual ao longo da vida - apesar das inúmeras mudanças pelas quais passamos, e chega à ideia de **identidade étnica**: “a identidade de um grupo que se diferencia dos outros por um conjunto de características étnicas e que tem formas de cultura, costumes, valores, etc., que lhe são próprios” (p.56). Ao entender a identidade dessa forma, é possível analisar **manifestações culturais** – e a Literatura está aí inclusa – em um processo histórico, não mais através de características estereotipadas de um grupo.

Palmeira (2011) estuda a identidade étnica em poemas, contos e romances da Literatura Afro-brasileira a partir do pressuposto de que, nestes textos, há uma unidade, uma origem comum, histórica e acessada através da memória coletiva, que permeia o sujeito negro. Dessa maneira, a memória é

importante para a construção da identidade dos afro-brasileiros, as escritoras e os escritores da literatura negra tematizam a memória dos afrodescendentes em suas produções, trazendo à tona uma memória coletiva invisibilizada, negada e apagada pela história oficial brasileira. (PALMEIRA, 2011, p.20)

A autora toma os estudos do sociólogo Max Weber sobre identidade étnica para orientar sua análise, assumindo que os sujeitos identificados dessa maneira fazem parte de

[...] grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, [...] sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. (WEBER, 1991, p.270 apud PALMEIRA, 2011, p.23)

Pode-se inferir, dessa forma, que a identidade étnica se apoia em um passado comum que une os indivíduos/sujeitos em uma memória partilhada, e que essa união extrapola limites de parentesco ou filiação. No caso da Literatura Afro-brasileira, essa memória coletiva está ligada a um tempo de liberdade na África, anterior ao processo de escravização.

Sobre a distinção entre os conceitos de raça e etnia, Santos e Wielewicki (2009, p.342) afirmam que é o “conceito que diz respeito a certos atributos físicos biológicos comuns a um determinado grupo, geralmente classificando os grupos raciais em negro, branco, amarelo etc.”; etnia, por outro lado, é definida como a “articulação das lutas de classe, das particularidades de gênero, dos processos culturais e históricos”. Essa definição deixa claro que perceber a identidade como histórica e culturalmente construída nos permite, enquanto profissionais de Letras, uma enorme gama de análises para a Literatura, e dialoga com os estudos de Weber, ao considerar as particularidades de processos históricos na construção da identidade, pois, como o autor afirma (apud PALMEIRA, 2011, p.23) “as lembranças de colonização” podem constituir-se em um dos fatores que caracterizam o conceito de identidade étnica.

2.2 LITERATURA AFRO-BRASILEIRA: PERCURSO HISTÓRICO

O termo *literatura afro-brasileira* ou *negro-brasileira*⁶ passou a ser adotado em meados do século XX, quando grupos discriminados socialmente – como mulheres, negros e homossexuais – passaram a clamar por mais espaço e voz na sociedade. Como não poderia deixar de ser, adicionar o termo ‘afro-’ ou ‘negro’ à literatura despertou preocupações e questionamentos sobre a validade benéfica desta distinção e se não seria essa, mais uma vez, uma forma de encobrir manifestações literárias legítimas, uma vez que estariam à parte ou distanciadas do cânone literário brasileiro.

Contudo, essa distinção não coloca a Literatura Afro-brasileira em um rol afastado da Literatura Brasileira vista como um todo, mas expressa um destaque à autoria negra na produção literária do país. É sabido que o Brasil foi ambiente de um amplo e enraizado processo

⁶ Luiz Silva Cuti defende o uso da denominação “Literatura Negro-Brasileira”, pois entende que o prefixo “afro” tem ligação direta com teorias raciais do início do século XX que entendiam o negro como inferior. Para ele, utilizar “Literatura Afro-brasileira” implica no apagamento da alteridade do sujeito negro na literatura: “Denominar de afro a produção literária negro-brasileira (dos que se assumem negros em seus textos) é projetá-la à origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas, noção bastante disseminada no Brasil por seus intelectuais.” (CUTI, 2010, p. 35). Zilá Bernd (1987, p.80) entende que a denominação “literatura negra” transcende local e idioma, enquanto “literatura afro-brasileira” diz respeito especificamente ao contexto brasileiro. Por entender que “literatura negro-brasileira” e “literatura afro-brasileira” marcam esse espaço de contexto literário, social e político brasileiro, utilizo os dois termos como sinônimos neste trabalho, preferindo o segundo porque é o mais recorrente nos estudos analisados.

escravocrata que lucrava, no período colonial, através da venda e exploração de mão-de-obra humana escravizada. Como consequência lógica desse apagamento enquanto sujeitos sociais, não representados e não representativos na sociedade brasileira, os negros tiveram suas vozes e escritas silenciadas por muito tempo. A Literatura Brasileira canônica – entendida aqui como a que integra os manuais de Literatura Brasileira, com autores como José de Alencar e Aluísio Azevedo, por exemplo – retrata o negro como servil e/ou indolente, carente de princípios cristãos ocidentais, tidos então como o mais alto grau de civilidade. Sobre a presença do negro em textos literários do escritor José de Alencar, por exemplo, Pimenta & Oliveira (2012, p.3, grifos meus) destacam que:

Para Bosi (1994, p. 152 - 153) foi José de Alencar quem insistiu na dose de “brasilidade” e compôs a ligeira peça de ambientação carioca “Verso e Reverso” e “O demônio familiar”, comédia em que os vaivéns da intriga são obra de um escravo, moleque enredador e ambicioso. Embora o mau caráter de Pedro, o “demônio familiar”, seja o pivô dos embaraços de uma família “de bem” não se pode, na análise da comédia, forçar a nota do preconceito, consciente. No último ato, o moleque é alforriado para que, fora da irresponsabilidade em que vivera como escravo possa escolher honradamente o seu caminho. **Ficou o estereótipo, vivo na cultura escravocrata brasileira, do negrinho maroto, astuto, no fundo um cínico por incapacidade de coerência moral: imagem que deixa entrever um preconceito mais tenaz.**

A conclusão das autoras deixa claro que um texto literário pode, de fato, influenciar na cultura de uma sociedade, neste caso perpetuando o estereótipo do negro malandro, esperto e irresponsável, sem nenhuma menção ou análise ao longo do texto sobre as circunstâncias em que o personagem é mantido – a escravidão –, em um julgamento moral baseado em princípios da família escravocrata. É possível perceber, assim, o discurso colonial com que tentam “moldar” a identidade do colonizado, enquadrando-o em comportamentos aceitos ou não na cultura do colonizador (BHABHA, 2007).

Sobre a presença do negro no cânone literário brasileiro, Eduardo de Assis Duarte (2013, p.146) afirma que “[...] a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores.”, e diferencia a presença do negro enquanto *tema*, mote para tratar da escravidão no país, e enquanto *voz autoral* na literatura, ou seja, como sujeito negro ou “afro-identificado” (idem, ibidem, p.148). O autor afirma que “Enquanto personagem, o negro ocupa um lugar menor na literatura brasileira. Na prosa, é um lugar muitas vezes inexpressivo, quase sempre de coadjuvante ou, mais acentuadamente no caso dos homens, de vilão.” (p.147).

No artigo *Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade* (2009), o autor trata da personagem negra feminina nos textos literários canônicos: “Enquanto personagem, a mulher afrodescendente integra o arquivo da literatura brasileira desde seus começos [...]”, na condição de “corpo disponível”, “animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução.” (DUARTE, 2009, p.6), e cita como exemplo a personagem Rita Baiana no romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Duarte procura causas para essas representações, como a de que “Tal inscrição provém diretamente do senso comum patriarcal e eurocêntrico que habita a colônia desde seus começos e se projeta rumo ao futuro” (2009, p.7), ao qual se soma

[...] a situação adversa existente a partir do treze de maio, marcada pela ausência de direitos mínimos como escolarização e saúde, e pelo tratamento excludente que manteve boa parte dos remanescentes do regime servil num estágio de dependência que, durante décadas, redundou em efetivo sequestro de sua cidadania. (DUARTE, 2013, p.146)

Irlemar Chiampi, no prefácio do livro *Introdução à Literatura negra*, de Zilá Bernd (1988), argumenta que o estudo da historiografia literária não deve acontecer de modo restrito a certas obras – ao cânone –, mas deve permitir que outras manifestações literárias sejam vistas. Segundo Chiampi:

Com relação à historiografia literária, pode-se adotar a mesma postura: ler a história literária não como uma totalidade fechada, mas como possibilidade. Percebê-la permanentemente inacabada deverá permitir que autores ou movimentos possam transitar da esfera da sombra para a esfera da consagração. (CHIAMPI, 1988, p.16, Prefácio do livro *Introdução à Literatura Negra*).

Zilá Bernd assume o pressuposto de que não é por acaso que determinadas obras não sejam (re)conhecidas, tanto em termos de público como de crítica: “Não podemos ser ingênuos a ponto de ignorar os processos de manipulação que sofrem os textos literários e que seu sucesso ou esquecimento podem ser forjados de acordo com determinados interesses.” (1988, p.17). Esses interesses estariam diretamente ligados à cultura de uma sociedade e à imagem e identidade que se pretende fazer dela, por isso a grande dificuldade na circulação de textos literários que trazem as perspectivas de grupos historicamente discriminados.

Segundo estudos realizados⁷, é só a partir da segunda metade do século XIX que o negro – infelizmente ainda na condição de escravizado – é representado na Literatura Brasileira como

⁷ DUARTE, Constância Lima. “História da literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero”. 2002. PALMEIRA, Franceneide Santos. “Escritoras negras na América Latina”. 2011.

sujeito com valores morais, não necessariamente atrelados ao cristianismo, mas às suas raízes africanas. O romance *Úrsula*, de autoria da maranhense Maria Firmina dos Reis, retrata o negro que possui memória de sua história pré-escravização e que tem consciência das condições nefastas a que é submetido nesse processo de exploração.

Publicada em 1859, a obra é pioneira ao representar uma ancestralidade, uma **memória** do negro. Ao longo da narrativa, existem ainda as reminiscências de Mãe Suzana, personagem que foi arrancada de sua terra natal e transportada em um navio até a colônia. Há, então, a lembrança do evento terrivelmente doloroso da ruptura com tudo que até então ela havia conhecido para a submissão forçada a um novo modo de vida em uma terra estranha. Esse diálogo se torna ainda mais revelador porque ela conversa com um jovem rapaz também escravizado.

Ao relatar sua história, Mãe Suzana divide com esse jovem toda uma memória ancestral, que é também traumática, já que nenhum deles tem mais a possibilidade de experienciar a liberdade (a não ser pela alforria), convertida, assim, em uma espécie de sonho de outrora:

— Tu! Tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre? ...

— Iludi-la! respondeu ele, rindo-se de felicidade – e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria.

Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou a fronte para a terra, e com as mãos cobriu os olhos.

Túlio olhou-a com interesse; começava a compreender-lhe os pensamentos.

— Não se aflija – disse. – Para que essas lágrimas? Ah! perdoe-me, eu despertei-lhe uma idéia bem triste!

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

— Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade!... ah! Eu a gozei na minha mocidade! [...] tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 1988, p.81-82)

O estudo da literatura que emerge deste contexto específico demanda um viés de estudo que passa, conseqüentemente, pela questão do trauma e da memória, visto que se trata de dois grandes grupos historicamente silenciados e discriminados: mulheres e negros. Como aponta Constância Lima Duarte em seu artigo *História da literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero* (2002), durante pesquisa sobre a escrita de mulheres no Brasil até 1860, foi constatado que era comum que elas iniciassem o livro já pedindo desculpas pelo acanhamento da obra, como se fosse uma ousadia o atrevimento de uma mulher – ainda mais negra – se dedicar às letras.

Maria Firmina dos Reis começa assim o seu livro, desculpando-se por eventuais erros: “Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados [...]” (1988, p. 19). Observando a Literatura Afro-brasileira contemporânea, é representativo que esse ainda seja um problema, o acesso dos negros e negras à educação e a grande dificuldade em publicar, como pode-se notar no prefácio de *Becos da memória* (2013), no qual Conceição Evaristo reafirma a sua vontade de escrever, a despeito das dificuldades para publicar:

A publicação de *Becos da memória*, por vários motivos, só vai acontecer depois de ter vindo à público o romance *Ponciá Vicêncio*. Creio mesmo que a aceitação do primeiro romance publicado me deu segurança para desengavetar *Becos*. Em 1988, o livro seria publicado pela Fundação Palmares/Minc, como parte das comemorações do Centenário da Abolição, projeto que não foi levado adiante, acredito que por motivos de falta de verbas. Desde então *Becos da memória* ficou esquecido na gaveta. Houve, entretanto, um momento, já mais tarde, preciso ressaltar, em que, em outra gestão, a Fundação Palmares se colocou à disposição para retomar o projeto de publicação da obra. O livro, no entanto, já havia se acostumado ao abandono e só quase 20 anos depois de escrito foi que aconteceu a primeira publicação, em 2006. Por tudo isso e por muito mais, o romance *Becos da memória*, em sua segunda edição, marca um momento especial no que tange à luta que constantemente enfrentamos para publicar. (EVARISTO, “Conversa com o leitor – Da construção de *Becos*”, 2013, p.12-13)

Mais de cem anos depois da publicação de *Úrsula*, ainda há a dificuldade de fazer o texto literário de autoria negra circular; porém, a autora posiciona-se de maneira firme sobre isso, não duvidando da qualidade de sua escrita, mas procurando entender as razões financeiras que levaram à não publicação do livro por muitos anos.

A postura de Conceição Evaristo é especialmente interessante porque dialoga, indiretamente, com o que Bhabha (2007) chama de **invisibilidade** do negro em contextos coloniais. É o que o autor chama de “olhar sem ser visto”, estar em um local (*locus*) sem ser percebido, sem ter voz. Segundo o autor: “[...] emerge o desafio de ver o que é invisível, o olhar que não pode “me ver”, um certo problema do objeto do olhar que constitui um referente problemático para a linguagem do Eu” (2007, p.80), ou seja, através de sua escrita, do seu fazer (afro-)literário, Conceição Evaristo desafia essa invisibilidade, mostrando *Becos da memória* ao olhar do leitor, modificando esse referente problemático ao qual Bhabha faz alusão. Para compreender esse referente é imprescindível, portanto, analisar como o trauma e a memória são representados nesse novo olhar, na visibilidade do texto literário.

Desde que o negro na Literatura Brasileira passou a ser assunto de mais pesquisas, podemos contar com material teórico de qualidade que procura estudar as características da

literatura que se identifica enquanto negra/afrodescendente no Brasil, não restrita à produção literária baseada em cor ou raça, mas em identificação cultural. A obra *Literatura e Afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, organizada por Eduardo de Assis Duarte e lançada em 2011 pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais é um ótimo exemplo. Os trabalhos lançados pelo grupo *Quilombhoje* também figuram como valioso material de análise para o estudo dessa produção.⁸

A própria definição do conceito de Literatura Afro-brasileira está em construção, em um processo de reconhecimento dos textos literários que o compõem. A crítica teórica, como tal, ao estudar estes textos, colabora para essa construção. Ao procurar definir essa Literatura, Bernd (1988, p.20-21) afirma que:

No que concerne à literatura negra, sua característica maior talvez seja aquela ligada aos procedimentos de (re)nomeação do mundo circundante. Ora, nomear equivale a tomar posse do que foi nomeado. Em certa medida, a função da crítica também é a de nomear: é tornando visíveis as descobertas feitas pelos autores que os críticos as transformam em história da arte ou, melhor, as legitimam.

O que a autora defende, em suma, é que integram a Literatura Afro-brasileira ou negra (termos que ela usa como equivalentes) todos os textos em que o sujeito negro toma a palavra e a usa para apropriar-se do mundo e da realidade em que vive, em uma tomada de consciência sobre sua realidade. Bernd continua: “As literaturas negras no mundo têm sua origem na crise de consciência do sujeito dominado (colonizado), que pretende a transformação do estatuto colonial pelo acesso ao discurso poético” (BERND, 1988, p.29).

A chave para o estudo sobre a Literatura Afro-brasileira estaria, então, na pesquisa sobre a construção enunciativa do sujeito que se identifica como negro, o que remonta ao poder do discurso de que Foucault (2012) trata e do estado de emergência colonial sobre o qual Bhabha (2007) fundamenta a construção de sua obra. Bernd (1988, p.43) chama de “contraliteratura” esse discurso do sujeito negro que toma consciência sobre os domínios da colonização e busca para si a palavra, e afirma que essa produção é caracterizada pela “[...] contestação sistemática dos valores representados pela cultura dominante”. Para a autora, o estudo e a aceitação crítica de textos que compõem essa Literatura estaria ligado à “capacidade da sociedade de confrontar-

⁸ PEREIRA (2013) trata detalhadamente sobre o percurso de estudo teórico a respeito da Literatura Afro-brasileira. Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434459413.pdf> Acesso em: 27 abr. 2016.

O Portal Literafro, parte do projeto *Literatura Afro-brasileira: configurações e contextos*, é uma excelente fonte de consulta a respeito da Literatura Afro-brasileira. Pode ser acessado em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/>> Acesso em: 27 abr. 2016

se com a realidade” (BERND, 1988, p. 45), em um movimento de reflexão sobre a sua própria história de constituição enquanto sociedade.

De modo a compreender essa realidade que os textos da Literatura Afro-brasileira expressam e, mais especificamente, compreende-la em *Becos da memória* (2013), é necessário mobilizar os conceitos de memória e memória coletiva, pois uma forte característica deste movimento é a menção ou rememoração de um passado livre do discurso colonial, em que a cultura dos sujeitos colonizados estava livre de interdições. Pereira (2013, p.1) afirma que “Na base crítico-conceitual dessa literatura” estão “ a celebração de concepções e valores próprios de diferentes culturas africanas; e a busca de uma origem africana [...]”, de modo que é imprescindível lidar com o conceito de memória ao longo desse estudo.

O conceito de trauma mostra-se fundamental nessa tarefa, pois permeia a história e memória dos sujeitos negros no Brasil. Em uma leitura abrangente, pode-se pensar que a própria autora Conceição Evaristo reitera a necessidade dessa perspectiva, pois afirma em seu artigo *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (2009) que o sujeito negro foi, “durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade” (p.18), de modo que o trauma e a violência do discurso colonial atravessa a identidade desse sujeito e, conseqüentemente, perpassa as expressões literárias que o tomam como mote. No capítulo seguinte, então, serão discutidos os conceitos de memória, memória coletiva e trauma, com o objetivo de perceber como eles são representados em *Becos da memória* (2013).

3 TRAUMA E MEMÓRIA COLETIVA EM *BECOS DA MEMÓRIA*

Os processos de formação da sociedade brasileira, por serem violentos, autoritários e excludentes – e dos quais a escravidão é um exemplo – trazem a noção de trauma consigo. Na Literatura, é possível analisar esse trauma através dos textos literários, isto é, buscar evidências, na materialidade da palavra escrita, de como esses processos autoritários impactam a constituição do texto e de seus personagens. Hartman (2003, p.257, nossa tradução) afirma que “os estudos sobre trauma nas Artes exploram a relação entre feridas psíquicas e significação⁹”, e retoma a definição de Freud sobre trauma: “um evento que é devastador e penetra as defesas da psique¹⁰” (idem, ibidem, p.257, nossa tradução). Nesse sentido, o estudo do trauma na Literatura estaria ligado ao conceito original do termo, que se restringia a uma ferida física, expandindo-o até a análise da palavra escrita sob forma de narração no texto literário.

Até o século XIX, o conceito de “trauma” restringia-se a um machucado físico que era tratado pela medicina tradicional. Foi a partir da observação de uma série de “sintomas” presentes em indivíduos que experienciaram ou foram expostos a um evento de extremo sofrimento e violência que se chegou a noção de trauma como uma questão psicológica, que não é visível enquanto ferida física.

Em 1980 a Sociedade Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*) incluiu uma nova doença em seus apêndices: Desordem de estresse pós-traumático (*Post-Traumatic Stress Disorder – PTSD*). Segundo a normativa, a doença seria desencadeada por “Morte ou ameaça de morte; lesão grave ou ameaça física para a integridade física do indivíduo¹¹” (SOCIEDADE AMERICANA DE PSIQUIATRIA, apud LUCKHURST, 2008, p.10, nossa tradução), e identificada por distúrbios psicossomáticos.

Esses sintomas são a exteriorização sensorial do trauma, pois o sujeito não consegue representá-lo através da linguagem. Há um período de latência entre o acontecimento traumático e o aparecimento dos “sintomas”, no qual o indivíduo esquece o que passou e parece seguir adiante com sua rotina, ignorando o acontecido, de maneira que o trauma não é contado.

⁹ No original: “Trauma Study in the arts explores the relation between psychic wounds and signification” (HARTMAN, 2003, p.257).

¹⁰ No original: “an event that is overwhelming penetrates the ‘shields’ of the psique”. (HARTMAN, 2003, p.257).

¹¹ No original: “actual or threatened death or serious injury, or a physical threat to the physical integrity of the self.” (Sociedade Americana de Psiquiatria apud LUCKHURST, 2008, p.10).

Como aponta Nickel (2012, p.18), esse esquecimento temporário é uma defesa da psique, que visa proteger o sujeito da lembrança da experiência traumática:

Por algum tempo, o Eu exerce seu papel satisfatoriamente, e assim o evento se mantém “esquecido”. Contudo, na medida em que se volta totalmente para a tarefa de reprimir esse invasor, o Eu se fragiliza [...] sucumbe à pressão e não consegue evitar o retorno posterior desse conteúdo à consciência.

Da noção de trauma único, em que o indivíduo que passou pela experiência traumática é o único afetado por ela, chegou-se a noção de **traumas culturais coletivos** (*collective cultural traumas*), na qual o trauma é **transmitido** de uma pessoa a outra, inclusive através de gerações. Roger Luckhurst, em seu livro *The Trauma Question*, busca em Kai Erikson, sociólogo norte-americano cujo foco de trabalho são as consequências causadas por eventos traumáticos ou catastróficos, a definição deste tipo de trauma: “Um forte abalo nos tecidos básicos da vida social que danifica os laços que ligam as pessoas e prejudica o sentimento de comunidade ¹²” (ERIKSON, 1991, p. 471 apud LUCKHURST, 2008, p. 10, nossa tradução).

Os estudos sobre trauma na área literária ganharam força no final do século XX, quando teóricos pós-coloniais buscavam, na materialidade literária e nos processos de formação de países que foram submetidos à colonização por países europeus, marcas do discurso colonial na formação identitária dos sujeitos. Segundo Nickel:

Por volta da década de 80 do mesmo século, a noção de trauma é apropriada por pós-colonialistas e utilizada na investigação e compreensão de eventos coloniais – racismo, escravidão, genocídios, entre outros – e seu impacto sobre grupos minoritários. (2012, p.20).

Como explicitado anteriormente, o trauma é “esquecido” por um período de tempo, em um mecanismo de defesa para a manutenção da integridade da psique do sujeito. Como, então, narrar uma experiência traumática? De acordo com Cathy Caruth (1991), exteriorizar a experiência traumática através da linguagem – falada e/ou escrita – é uma forma de lidar com ela:

Através da noção de trauma, argumento que podemos entender que uma reformulação de referência não almeja eliminar a história, mas ressitua-la em nosso entendimento,

¹² No original: “a blow to the basic tissues of social life that damages the bonds attaching people together and impairs the prevailing sense of communality.” (ERIKSON, 1991, p.471 apud LUCKHURST, p.10, 2008)

ou seja, precisamente, permitir que a história surja onde o entendimento imediato não é possível.¹³ (CARUTH, 1991, p. 182, nossa tradução, grifos meus)

O ato de narrar, desse modo, pode ser entendido como uma forma de elaborar o trauma, (re)contar a história ou mesmo o próprio acontecimento que levou ao evento traumático, em uma reconstituição que se baseia, essencialmente, na memória da experiência traumática. Claramente a narração não é o trauma em si, visto que o evento trauma é localizado no tempo e no espaço e, fisicamente, não se repete. O que pode se repetir é a memória, lembrança ou percepção desse evento, que, então, pode ser narrada, materializada pela linguagem. Surge, assim, a questão sobre a natureza da memória e sua confiabilidade; para tratar dela, faz-se necessário abordar os conceitos que Ricoeur retoma e diferencia em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007).

Nesta obra, o autor expõe a tentativa grega de diferenciar imaginação e memória através da explicitação da origem de cada uma. A primeira, definida por Platão, seria a representação de uma coisa ausente, ou seja, algo que o indivíduo não tem no presente e nem teve no passado, mas pensa/sonha ter. A segunda, estudada por Aristóteles, seria a representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, ou seja, algo que de fato o indivíduo teve no passado (Ricoeur, 2007, p. 27). Assim, “uma ambição, uma pretensão está vinculada à memória: a de ser fiel ao passado [...]”, pois ela “é o nosso único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar” (idem, ibidem, p.40).

Apesar da discussão acerca da “confiabilidade” ou não da memória, é importante relembrar que, enquanto narração ficcionalizada, este trabalho lida com um objeto que não pretende ser estritamente fiel ao passado, pois, assim como Caruth (1991) argumenta, o entendimento do passado não é necessário para problematizar a história (os personagens, com seus traumas, memórias e diferentes perspectivas de identidade).

À propósito da relação entre um ou mais traumas experienciados por vários sujeitos, cumpre resgatar a noção de **memória coletiva**, de forma a investigar como essas memórias se constituem, que processos a definem como relevantes para ocupar o lugar de memória coletiva de uma comunidade.

¹³ No original: “Through the notion of trauma, I will argue, we can understand that a rethinking of reference is not aimed at eliminating history, but at resituating it in our understanding, that is, of precisely **permitting history to arise where immediate understanding may not.**” (CARUTH, 1991, p.182, grifos meus)

De acordo com Maurice Halbwachs (1990, p.26), a memória coletiva é inata ao ser humano, uma vez que não estamos sós em sociedade, há sempre um coletivo que nos une: “[...] em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem”. A presença do outro é, portanto, a marca da memória de cada um e de todos em grupo comum, que considera aquela história como importante para a manutenção do grupo. Ainda de acordo com o autor, não se deve tomar história (ou memória histórica) como sinônimo de memória coletiva, pois a história caracteriza-se como um conjunto de fatos organizados no tempo e no espaço de acordo com critérios variados e pré-estabelecidos (políticos, econômicos, culturais, etc.), enquanto a memória não obedece a esses critérios, pois é inata:

De tudo o que foi dito anteriormente se conclui que a memória coletiva não se confunde com a história, e que a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um tempo. A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. (HALBWACHS, 1990, p.80)

Dessa forma, só há necessidade de escrever a memória quando a sua lembrança já se encontra muito distante no tempo e as testemunhas dela são poucas ou inexistentes:

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixa-la por escrito, nem mesmo fixa-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (Idem, ibidem, p.80)

Michael Pollak (1989) utiliza o conceito de memória coletiva de Halbwachs e se detém sobre ele com o objetivo de investigar por que uma memória ou um conjunto de acontecimentos passa a integrar o espaço de memória coletiva de uma comunidade. Segundo o autor: “[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por que eles são codificados e dotados de duração e estabilidade” (ibidem, p.4).

Pollak chama as memórias que não compõem a história oficial de uma nação, como a dos homossexuais prisioneiros nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, de **memórias subterrâneas**, isto é, recalçadas, silenciadas em nome da manutenção

de uma dada ordem social. De acordo com o autor, há um **enquadramento da memória coletiva**, isto é, razões ou fatos sociais que organizam a memória coletiva de uma dada comunidade, e esses fatores são em certa medida conscientes, mediados pelo grupo:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre a coletividade de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. (POLLAK, 1989, p.10)

Desse modo, a memória coletiva de uma comunidade é condicionada e tecida através de constantes embates e representações em relação ao passado em contraste com o presente. Para Pollak (1989), “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (p.11), que “alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas” (idem, ibidem, p.13), de forma que o indivíduo encontra referências nessa memória ao sentir-se pertencente à determinada comunidade.

As percepções de Halbwachs (1990) e Pollak (1989) sobre a natureza da memória coletiva não se antagonizam, mas dialogam, pois permitem perceber essa relação intrincada entre indivíduo e coletividade, permeada pela memória (traumática) e que constitui a identidade de ambos. É possível perceber essa relação em *Becos da memória* (2013), pois uma vez que a vinda forçada do povo negro ao Brasil é distante no tempo e no espaço, há a lembrança transmitida primeiramente em forma de relato oral e depois escrita pela personagem Mariana-Nova.

Em suma, os traumas culturais coletivos e a memória coletiva se sobrepõem em *Becos da memória* (2013), na medida em que um depende do outro para constituir-se. A memória é o que permite que os personagens tenham alguma ligação com o passado e, portanto, com as suas próprias origens. Porém, ao mesmo tempo, essa memória é extremamente traumática, pois evoca a crueldade do sistema escravocrata, a privação da liberdade e o esquecimento proposital por uma parte da sociedade brasileira. É, portanto, uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que essa memória permite conhecer o passado, ela revela o quanto esse passado é doloroso.

Um dos exemplos encontrados na narrativa é a história de Negro Alírio. Nascido em uma pequena cidade do interior, o personagem não entende porque um único homem detém o poder político e financeiro do local, em detrimento dos demais moradores que, apesar de trabalharem na terra todos os dias, não conseguem ter mais que o básico para sobreviver. Pouco a pouco ele começa a entender o funcionamento desse mecanismo, o poder mantido à base de

coerção e imposição. A memória coletiva está presente ao longo dessa tomada de consciência, como é possível notar neste trecho:

Um dia, o Homem, que, na época, era ainda um pouco mais que um menino, já de noite, tomava banho no rio, quando viu alguns homens chegarem carregando uma pessoa que parecia morta e jogá-la nas águas do rio. Reconheceu que eram os homens, os capangas do Coronel. [...] O Homem, quando ainda menino, ao testemunhar o fato, sentiu que ali havia algum perigo. [...] Naquela noite ele não dormiu, pensou o tempo todo em dois fatos: um, era aquele que acabara de testemunhar – um homem sendo lançado ao rio pelos capangas do Coronel –; o outro, um fato que seus pais lhe contaram um dia. Ele tivera um bisavô que tinha uma ferida na perna. [...] Já velho, inútil para o trabalho, peso morto, ficava sentado, e a ferida exposta aos mosquitos, além do cheiro e da dor. Sempre que o Sinhô moço passava por ele, fazia questão de chutar a ferida do velho. Ele apenas gemia “ui,ui,ui,.. Sinhô-moço!”. Depois, muitos anos depois, uma ferida apareceu na perna de Sinhô-moço, na mesma perna, no mesmo lugar. [...] Os negros diziam que era castigo de Deus. E ficavam felizes porque tinham um Deus que se vingava por eles e que um dia lhes daria o reino do céu. (EVARISTO, 2013, p.83-85)

É interessante pensar na metáfora da ferida a que o personagem faz alusão. Negro Alírio diz que é necessário “pôr o dedo na ferida”: “E mais ainda acreditou que era preciso pôr o dedo na ferida. Não na ferida de seu povo, mas na ferida do povo contrário ao seu.” E continua: “Seria hoje que ele poria o dedo na ferida dos que estavam do lado de lá. A ferida dos seus já estava sangrando há muito tempo” (EVARISTO, 2013, p. 86-87). Essa ferida representa o trauma e a violência de uma imposição de poder e de controle que passa por gerações, como se pode perceber no trecho: os bisavós de Negro Alírio já eram obrigados a trabalhar para a família do Coronel sob o regime da escravidão. Mais tarde, pós-Abolição, esse regime passou a ser controlado pelo dinheiro, na medida em que as famílias se submetiam em troca da sobrevivência, e quem não obedecia encontrava a morte como punição.

Outro exemplo muito representativo é o personagem Tio Tatão, tio materno de Maria-Nova. A história contada por ele dialoga diretamente com o conceito de identidade nacional e de representação das pessoas que formam essa nação, especialmente sobre como são vistas dependendo de certos contextos:

Ele contava histórias de guerras. Um dia ele contou um pouco da guerra que havia participado. E não se sentia herói por isso. Na época era preciso recrutar mais e mais soldados e só por isso ele foi aceito para o serviço militar. Quando se alistou, não era alfabetizado ainda. Havia outras questões, uma delas era o fato dele ser de baixa estatura. **Mas todos eram bem-vindos naquele momento: negros, índios, cafuzos, sararás... Não se excluía ninguém.** (EVARISTO, 2013, p. 81, grifos meus)

Através deste trecho, é possível perceber que não há exclusão quando os interesses das classes dominantes assim determinam, com objetivos próprios e que não alcançam, em sua

totalidade, quem não faz parte desse “centro”. O que Tio Tatão narra em seguida comprova essa ideia:

Tio Tatão ainda narrava a história de uma outra guerra. Aquela em que muitos escravos participaram da peleja. Foram com a promessa de que, quando voltassem, ganhariam a liberdade. Guerrear foram, havia a promessa de alforria. **Muitos negros morreram na época e os que voltaram puderam perceber que a conquista da liberdade pedia não somente a guerra em que eles haviam participado, mas uma luta muito particular, a deles contra a escravidão.** (EVARISTO, 2013, p. 81-82, grifo meu)

Ambos os trechos demonstram a relação complexa entre trauma, história, memória e identidade, pois narram trajetórias permeadas pela agressão e violência de um sistema sobre o qual os mais vulneráveis não têm nenhum controle. Negro Alírio tenta mudar essa situação ao decidir “pôr o dedo na ferida” e confrontar aqueles que há tanto dominam a região, evidenciando, dessa forma, a relação entre trauma e memória.

O estudo sobre as representações destes conceitos ganha ainda mais relevo na escrita de Conceição Evaristo, pois a autora utiliza a *Escrevivência* como processo de criação literária. Como a palavra sugere, essa forma de escrita parte da vida real, da vivência, e torna-se narração ficcionalizada. Para Amanda Ferreira (2013), que estudou essa forma de criação literária em sua pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais, essa forma de escritura remete aos *griots* africanos, exímios contadores de histórias e, por isso, necessita da memória coletiva:

Nesse sentido, autora e personagem escrevem nossas antigas histórias, relatos africanos, que saem da boca dos *griots* e se eternizam nos livros. Solução encontrada para se resolver a ameaça do esquecimento, aquele provocado pelo sequestro, pela viagem, pela distância, pela dor, pelo banzo. Solução para a invisibilidade. Aquela provocada pelo silêncio imposto, pela vontade negada, pela História que se registrou, pelos terreiros incendiados, pela idade avançada, pela ordem, pelo progresso. (FERREIRA, 2013, p. 47)

É importante ressaltar que essa escrevivência não parte de um lugar neutro, muito pelo contrário: parte do contexto histórico do negro e, principalmente, da mulher negra no Brasil. É uma forma de escrita, portanto, extremamente implicada em e por questões de raça, gênero e classe social. A ficcionalização destas memórias, destas “vivências”, é o que caracteriza o texto literário de Conceição Evaristo, pois a autora comprometidamente trabalha e cria sobre elas, ora tornando as questões acima mencionadas explícitas, ora implícitas. Segundo Ferreira (2013, p.48):

Assim, assume escrevivências no lugar de autobiografia. Para ela [Conceição Evaristo], tal termo define melhor sua escritura. Escritura que reflete aquilo que ela é,

o que pensa, por que ou quem luta. Escritura que não tem a intenção de ser neutra, denúncia que não tem intenção de ser implícita, palavras trabalhadas, escolhidas, escritas para incomodar, mexer, transformar.

Sobre o processo de escrevivência de *Becos da memória* (2013), Conceição Evaristo afirma:

Como já disse em outras ocasiões, essa narrativa teve nascimento em 1987/88, sendo, pois, anterior à escrita dos contos e do romance *Ponciá Vicêncio*. E foi o meu primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou melhor dizendo, escrita e vivência. Talvez, na escrita de *Becos*, mesmo que de modo quase que inconsciente, eu já buscasse construir uma forma de *escrevivência*. (EVARISTO, “Conversa com o leitor – Da construção de *Becos*”, 2013, p.11)

Ao finalizar a “conversa com o leitor”, a autora afirma que “*Becos da memória* é uma criação que pode ser lida como ficções da memória ao narrar a ambiência de uma favela que não existe mais” (2013, p.13). É interessante o uso dos termos “ficções de memória”, pois resgata exatamente o caráter de memória coletiva presente no texto, demarcando precisamente o caráter criador agregado a essas memórias, posteriormente ficcionalizadas na narrativa.

Sobre a ambiência em que se passa a narrativa, a autora afirma: “Continuo afirmando que a favela descrita em *Becos da memória* acabou e *acabou*. Hoje, as favelas produzem outras memórias, provocam outros testemunhos e inspiram outras ficções” (2013, p.13), o que, novamente, reforça o caráter memorialístico da obra, na medida em que, como a autora afirma, o espaço físico localizado em um tempo específico, aquele ambiente com suas características, acabou.

As imbricações entre trauma, memória e identidade estão intimamente presentes na tessitura do romance de Conceição Evaristo. A memória contada primeiro oralmente e depois escrita, assim como Ferreira (2013) defende, pode ser entendida como tentativa de reduzir a invisibilidade, o sofrimento do presente; o trauma aparece como parte integrante da constituição dessa memória, tão marcada pelos processos de constituição da sociedade brasileira e do ser negra e mulher nela; a identidade, por fim, constitui um amálgama destas questões, pois, a partir dela e das ações/pensamentos dos personagens, é possível identificar como eles se veem nesse cenário, como articulam essas demandas.

3.1 A MEMÓRIA DOS LOCAIS: O DESFAVELAMENTO

Estruturado através de histórias que são contadas à Maria-Nova, *Becos da memória* (2013) é uma coleção de memórias e nelas há três diferentes traumas que percorrem a história dos personagens e a história de formação do Brasil como um todo: a retirada forçada dos negros da África, referida através de passagens em que os personagens relembram uma terra de liberdade; a chegada ao Brasil e a exploração impiedosa através do sistema escravocrata e, por último, o total abandono após a abolição, do qual o desfavelamento é uma consequência mais recente.

O processo que atravessa toda a narrativa é o que conhecemos como “remoção” ou “realocação”, no qual, por interesses do poder público e sob justificativas de melhorias urbanas, comunidades são levadas para outras áreas. Geralmente essas ações passam por um processo de negociação longo, em que são oferecidos ressarcimentos às famílias que moravam no local. Existem exemplos históricos disso, como a grande reforma urbana promovida por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, com o objetivo de modernizar a cidade aos moldes da capital francesa. Trago a citação do historiador André Azevedo, em Dossiê Temático sobre essa ação: “planejada pela prefeitura a partir de uma perspectiva organicista, foi ampla e buscou integrar as diversas regiões da cidade ao seu centro urbano, pensado como lugar privilegiado da difusão da civilização.” (2003, p. 39). É interessante notar, mais uma vez, o ideal de civilização (modo de organização) europeu como modelo a ser atingido. O autor continua:

Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma **grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão.** (AZEVEDO, 2003, p. 41, grifos meus).

Outro exemplo de remoção com vistas a uma “urbanização civilizatória” foi a realocação, na metade do século XX, de moradores que viviam no centro de Porto Alegre para a área que se consolidou como o bairro Restinga, no extremo sul da capital gaúcha, compreendido pela Restinga Velha e Restinga Nova. Sobre esse processo, a pesquisa organizada pelos historiógrafos Marion Nunes, Mário Coutinho e Paulo Ricardo e divulgada pela Prefeitura de Porto Alegre e Secretaria da Cultura é muito elucidativa:

No período compreendido entre 1940 e 1950, o êxodo rural representou mais de 70% do aumento da população em Porto Alegre. Em vários pontos da cidade, cresceu o número de vilas formadas por casebres. [...] Nestas vilas, que atingiram proporções gigantescas nas décadas seguintes, foi sendo formado um “exército de reserva” de mão-de-obra, que passou a funcionar como regulador de salários, principalmente na área da construção civil. Por esta razão as vilas se localizavam no centro da cidade ou em bairros próximos do centro, permitindo maior flexibilidade de vir, seja à procura de trabalho ou para o deslocamento para esse trabalho, em especial as mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas. (Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1990, s/p).

O estudo constata que “Foi neste contexto de proximidade dos locais de trabalho que surgiram as vilas Theodora, Ilhota e dos Marítimos, modificando a paisagem urbana e demonstrando aos poderes públicos as condições que o modelo capitalista impõe”, e que, por intermédio de iniciativas da prefeitura, essas comunidades “foram transferidas para um local distante vinte e dois quilômetros do centro urbano, denominado Restinga.” (1990, s/p). Para os pesquisadores, fica claro que a remoção para um lugar tão distante do centro econômico da cidade foi proposital, dentro de uma lógica capitalista de urbanização e propaganda comercial:

A preocupação do poder público com a reorganização urbana usou um método coerente com a lógica do capitalismo, ou seja, o feio não deve ser mostrado. O feio tem que ser jogado para bem longe e nada melhor que a mata virgem da Restinga, sem estrada, sem água, sem luz, sem escola, sem atendimento médico, sem nada, apenas uma sanga. (Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 1990, s/p).

Embora os motivos alegados para a remoção – “modernização” ou “urbanização” das cidades – sejam divulgados como propaganda positiva dos projetos, em geral, as comunidades afetadas não se sentem seguras ao longo das ações. Estudos históricos¹⁴ mostram que essas comunidades vivenciam grande receio de serem realocadas em locais com infraestrutura precária e distantes da vida social da cidade, o centro, que concentra as oportunidades de trabalho disponíveis.

Essa angústia pela incerteza a respeito da remoção permeia toda a narrativa de *Becos da memória* (2013) e é nesse processo que Maria-Nova recolhe as histórias de onde mora para mais tarde contá-las em forma de livro. Sobre a favela e a apreensão gerada pelos rumores de que terá que deixá-la, a personagem pondera:

Maria-Nova sabia que a favela não era o paraíso. Sabia que ali estava mais para o inferno. Entretanto, não sabia bem porque, mas pedia muito à Nossa Senhora que não permitisse que eles acabassem com a favela, que melhorasse a vida de todos e que

¹⁴ TONINI & BARCOS (2011); NUNES (1997); SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA (1990).

deixasse todos por ali. Naquele momento, sua voz tremia, tinha vontade de chorar. (EVARISTO, 2013, p. 67-68)

O local em que as histórias acontecem, portanto, é central para se entender os eventos traumáticos narrados no romance, de modo que é necessário investigar as relações entre os moradores, os costumes e mesmo as características de rotina da favela para entender a extensão do abalo causado pelo processo de remoção. As reflexões de Ricoeur (2007) sobre a importância dos locais para a memória se fazem pertinentes para isso:

Voltando à memória dos lugares, podemos, na esteira de Casey, tentar recuperar o sentido da espacialidade sobre a concepção abstrata do espaço geométrico. Ele reserva, para esta, o vocabulário do sítio e reserva o de lugar (place) para a **espacialidade vivida**. O lugar, diz ele, não é indiferente “à coisa” que ocupa, ou melhor, que o preenche, da forma pela qual o lugar constitui, segundo Aristóteles, a forma escavada de um volume determinado. São alguns desses lugares notáveis que chamamos de memoráveis. O ato de habitar, evocado um pouco acima, constitui, a esse respeito, a mais forte ligação humana entre a data e o lugar. **Os lugares habitados são, por excelência, memoráveis**. Por estar a lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evoca-los e descrevê-los. Quanto a nossos deslocamentos, os lugares sucessivamente percorridos servem de *reminders* aos episódios que aí ocorreram. São eles que, *a posteriori*, nos parecem hospitaleiros ou não, numa palavra, habitáveis. (RICOEUR, 2007, p. 59, grifos em negrito meus)

Ao longo da narrativa é possível encontrar informações sobre a rotina do local, como festas e costumes religiosos. Uma festa junina típica é descrita e, junto com ela, a relação de desconfiança entre a favela e o bairro rico vizinho:

Ele [um morador da favela] bancava toda a festa. Serviam-se canjica, doces, biscoitos, fogueira, batata-doce, quentão, tudo à vontade. Ninguém pagava nada. Diziam alguns que ele apenas organizava a festa e cedia o local, mas quem bancava tudo eram os ricos que moravam no bairro nobre bem ao lado da favela. Bancavam para que os favelados não os importunassem. Havia outros bairros perto de favelas em que as casas eram constantemente arrombadas. **Parece que havia mesmo um acordo tácito entre os favelados e seus vizinhos ricos. Vocês banquem a nossa festa junina, dêem-nos as sobras de suas riquezas, oportunidades de trabalho para nossas mulheres e filhas e, antes de tudo, dêem-nos água, quando faltar aqui na favela. Respeitem nosso local, nunca venham com plano de desfavelamento, que nós também não arrombaremos a casa de vocês.** (EVARISTO, 2013, p. 69, grifos meus)

Seguindo as afirmações de Ricoeur (2007) sobre a memória de lugar, o “acordo tácito” é especialmente memorável para Maria-Nova porque foi quebrado, na medida em que o plano de desfavelamento foi posto em prática. Essa quebra significa também uma ruptura com tudo que ela e os demais moradores conhecem como rotina e segurança, pois são removidos para lugares que ignoram. Sobre o sentimento de segurança que o lar pode proporcionar ao sujeito, cabe trazer as reflexões de bell hooks.

Em seu ensaio “ Homeplace (a site of resistance)” (1990), a autora defende que a casa mantida por mulheres negras se constitui como espaço de resistência às opressões econômicas, sociais e culturais direcionadas à comunidade e às famílias que a constituem. Ao rememorar sua infância e adolescência ao longo do texto, hooks fala de um espaço que, simples, serve como base para a construção de consciência sobre si e sobre o Outro, e onde ela, a família e a comunidade podiam sentir-se seguros: “[...] onde nós podíamos restaurar a nós mesmos a dignidade que nos era negada na esfera pública.” (hooks, 1990, p. 384, nossa tradução).¹⁵ Sobre a importância do lar, a autora afirma: “Isso diz respeito à construção de um lugar seguro onde os negros podiam se afirmar e, assim, curar muitas feridas causadas pela dominação racista ¹⁶.” (Idem, ibidem, p.384, nossa tradução).

O que hooks defende, em suma, é que, para o negro que vive em uma sociedade branca e capitalista, a casa pode ser o único lugar de paz e convivência harmoniosa, em que ele não é visto como indesejado. Por isso, por ser esse refúgio, esse espaço de constituição e tomada de consciência sobre a ordem imposta, o local de moradia está sob constante ameaça: “[esse espaço] é sempre alvo de violação e destruição¹⁷” (hooks, 1990, p. 388, nossa tradução).

A casa, portanto, funcionaria como um espaço que permite a articulação e organização de sujeitos, o que é negado pela esfera pública. Se aplicarmos esse pensamento à configuração do espaço ficcional de *Becos da memória* (2013), encontraremos vários exemplos disso. É em casa que Maria-Nova reúne as histórias de seu povo, é lá que ela se constitui enquanto mulher, negra e brasileira. Lá, através das histórias que escuta, ela reflete sobre o seu próprio futuro e o da comunidade que a cerca.

A respeito das formas de organização e a rotina desse espaço seguro, hooks evoca o exemplo da mãe, que trabalhava por longas horas em casas de família e, quando voltava, mesmo muito cansada, esforçava-se por atender aos filhos de forma carinhosa e, então, cuidar da própria casa. Para a autora, essa era uma forma da mãe garantir que o lar fosse, de fato, espaço para que os filhos constituíssem suas identidades enquanto sujeitos negros imersos em uma sociedade discriminadora que, o tempo todo, tratava-os como objetos. Se na casa dos patrões brancos a mãe era objeto, não tinha voz, em casa ela era responsável pela organização e

¹⁵ No original: “[...] where we could restore to ourselves the dignity denied us on the outside in the public world.” (hooks, 1990, p.384)

¹⁶ No original: “it was about the construction of a safe place where black people could affirm one another and by so doing heal many of the wounds inflicted by racist domination.” (Idem, ibidem, p. 384)

¹⁷ No original: “[this homeplace] is always subject to violation and destruction.” (Idem, ibidem, p. 388)

manutenção do núcleo familiar, sujeito central na formação dos filhos e, conseqüentemente, na organização da comunidade.

A personagem Ditinha, de *Becos da memória* (2013), exemplifica essa situação no contexto brasileiro. Com o pai doente e os filhos na favela, ela sai de manhã cedo para trabalhar na casa da patroa, Dona Laura, e volta apenas à noite, muita cansada. Nessa rotina, Ditinha se entristece com o contraste que percebe entre a casa luxuosa da patroa e a sua própria:

Ditinha estava cansada, humilhada. Olhou seu barraco, uma sujeira. As roupas amontoadas pelos cantos. Olhou as paredes, teias de aranha e picumã. Um cheiro forte vinha da fossa. Era preciso jogar um pouco de cal virgem sobre as bostas. Esperou as crianças um pouco mais. Não chegaram. Tirou o pai da cadeira de rodas e o colocou na cama. O pai fedía a sujeira e a cachaça. Lembrou da patroa tão limpa e tão linda como as jóias. Pensou que o dia amanhã seria duro. A casa estaria de pernas pro ar depois da festa. Seriam tantas louças! Na certa sobriariam doces e bolos. A patroa haveria de dividir com ela, com a cozinheira e com a babá. Traria para casa e seria a vez dos olhos dos filhos brilharem mais que qualquer jóia. Ela seria um pouquinho feliz. (EVARISTO, 2013, p. 145)

É possível perceber, nesse trecho, o grande contraste entre as casas e o quanto essa consciência causa sofrimento à personagem. Enquanto mãe, filha e irmã que precisa cuidar de toda a família, ela faz o máximo para levar a eles um pouco de felicidade e dignidade, porém o cenário é tão cruel, a desigualdade é tão grande, que isso fica impossível:

Ditinha acordou com o corpo todo doído. O pai dormia em uma cama de solteiro com o neto maior. Ela dormia em outra cama com os dois menores”. Estava cada vez mais difícil dividir a cama com os filhos. Eles estavam crescendo tanto! [...] (EVARISTO, 2013, p. 146)

A falência da manutenção física da casa e do ambiente familiar é, dessa maneira, um símbolo do sentimento de falha e incompletude da personagem enquanto mantenedora do lar e responsável pela família. Ela tenta manter-se firme, porém dificuldades de toda ordem se sobrepõem a todo esforço empreendido por ela: impressionada pelo requinte da casa da patroa e pela beleza das joias da patroa, Ditinha guarda uma pedra preciosa de Dona Laura em suas roupas. Não leva muito tempo até que a polícia vá à sua procura e a prenda, hostilizando também os seus filhos. Apesar dessa situação extremamente complicada – ou talvez por ela – os filhos de Ditinha se unem para manter a casa e assegurar o bem-estar do avô e da tia, que moram com eles:

Beto cresceu repentina e violentamente. Era impressionante ver um menino que até ontem era moleque, virar adulto, de um dia para outro, inclusive na própria feição do rosto. Depois que os policiais levaram Ditinha, Beto se tornou diferente. [...] O avô delirava choramingando, queria pinga. Beto, a exemplo da mãe, encheu-lhe a

canequinha. Limpou rapidamente o barraco e foi ao fogo fazer a comida. Os dois menores obedeciam silenciosamente e juntos foram pondo ordem em tudo. (EVARISTO, 2013, p.176)

Pode-se concluir, assim, que o esforço de Ditinha em manter a casa enquanto um espaço de acolhimento e significação deram frutos, ainda que não imediatos, pois os seus filhos tomaram para si essa tarefa até a volta da mãe. Ainda que não de forma direta e sem intercorrências, esse exemplo dialoga com as proposições de hooks, pois o espaço familiar foi fundamental para os filhos da personagem. Note-se que não foi a escola ou qualquer outra instituição que os guiou por esse caminho, mas a perseverança da mãe em manter a família em condições dignas.

3.2 MARIA-NOVA: MEMÓRIA E IDENTIDADE

Maria-Nova é a personagem central de *Becos da memória* (2013). Graças a ela e a sua resolução de escrever, as histórias um dia ouvidas por ela são narradas no livro. Quando a narrativa inicia, ela tem apenas 9 anos, porém já trabalha com a mãe como lavadeira: “As torneiras, a água, as lavadeiras, os barracões de zinco, papelões, madeiras e lixo. Roupas das patroas que quaravam ao sol. Molambos nossos lavados com o sabão restante.” (EVARISTO, 2013, p. 29).

As histórias dela e dos demais moradores da favela se confundem com o processo de desfavelamento e são atravessadas por ele. Com o avançar da ação de remoção e as várias histórias ouvidas, Maria-Nova já está com quase 15 anos: “Tio Totó não entendia que os seus noventa e tantos anos eram necessários aos quase quinze de Mariinha” (idem, ibidem, p.72). Muito perspicaz e observadora, é através da escuta que Maria-Nova compreende o que se passa ao seu redor, a situação de medo provocada pelo processo de remoção dos moradores:

Fatos estavam acontecendo, muita coisa ela percebia, mas só conseguia um melhor entendimento por meio das narrações que ouvia. Ela precisava ouvir o outro para entender. (EVARISTO, 2013, p. 78)

É através dessa escuta que a personagem encontra a história do povo negro no Brasil e, conseqüentemente, os traumas e a memória coletiva. Tio Totó e Maria-Velha, tios maternos da

menina, são os personagens que mais permitem que ela conheça esse passado. É através das histórias contadas por eles, ouvidas em um local simples da favela, que Maria-nova constitui sua identidade. Como criança, a personagem percebe as disparidades presentes em seu cotidiano e no de sua família e amigos através da observação das convenções sociais dos locais que frequenta: o próprio bairro e a escola. É nessas esferas de circulação social que ela constitui sua percepção sobre os mecanismos sociais que a rondam. E então, também por meio de outros personagens, ela percebe que não está sozinha e que este mecanismo não é exclusividade da vida dela, Maria-Nova enquanto indivíduo, mas que subjaz algo muito maior, algo da ordem do ancestral e do histórico. Ela percebe, desse modo, toda carga cultural e histórica a que está submetida enquanto mulher e negra no Brasil. Ela cresce ouvindo que para ela, talvez, haja esperança de uma vida diferente, melhor:

Lembrou de Tio Totó e Maria-Velha. Pensou que seria velha um dia. O que seria quando crescesse? Mãe Joana, Maria-Velha, Tio Tatão, todos diziam que a vida para ela seria diferente. Seria?! Afinal ela estava estudando. (EVARISTO, 2013, p. 155)

A escola, assim, é vista pelos familiares da personagem como um espaço de possível ascensão social e econômica, no qual é possível construir um caminho para uma vida diferente. Diferente do que, exatamente? A memória coletiva tem papel importante nessa visão, na medida em que a família de Maria-Nova já passou por sucessivos traumas e as consequências causadas por eles, dos quais o processo de desfavelamento é mais um exemplo. As histórias que ouve e as situações que observa no dia-a-dia moldam a identidade da personagem enquanto parte desta memória coletiva e traumática de seus antepassados negros trazidos ao Brasil:

A menina crescia. Crescia violentamente por dentro. Era magra e esguia. Seus ossinhos do ombro ameaçavam furar o vestidinho tão gasto. Maria-Nova estava sendo forjada a ferro e a fogo. A vida não brincava com ela e nem ela brincava com a vida. Ela tão nova e já vivia mesmo. Muita coisa, nada ainda, talvez ela já tivesse definido. **Sabia, porém, que aquela dor não era só sua.** Era impossível carregar anos e anos tudo aquilo sobre os ombros. (EVARISTO, 2013, p. 108, grifos meus)

De certa forma, Maria-Nova é a renovação desta memória. Seus familiares não desejam que ela a viva fisicamente, de modo a não sofrer como eles e seus antepassados sofreram, mas querem que ela se lembre, que sempre tenha em mente suas origens. É como se um ciclo de vida, renovação e morte encontrasse o seu ápice na menina: ao passo que ela é a renovação do ciclo (e da memória de sofrimento), ela também é a esperança de quebra dele. Ao mesmo tempo em que ela é jovem e tem toda a vida pela frente, Maria-Velha e Tio Totó já estão se despedindo dessa existência:

Tio Totó era, talvez, uns quarenta anos mais velho do que Maria-Velha. Olhou os três e pensou que, se soubesse pintar, faria um belo quadro. Reteve a cena, teve a sensação de que diante de si estava a eternidade. Pensou que Deus é eterno, sim, mas o homem de certa forma também é. **A menina parecia ser a continuação dos dois. O velho e a mulher se eternizavam por meio da menina.** (EVARISTO, 2013, p. 129, grifos meus).

Percebe-se, assim, que a personagem constitui sua identidade e entendimento de si enquanto mulher, negra e brasileira através das histórias que ouve, em um processo de busca ávida pelas histórias e memórias daqueles que a circundam e que a precederam. Maria-Nova é, antes de tudo, exímia ouvinte, que busca atribuir significado ao que vive através das histórias contadas, entrelaçando passado e presente.

3.3 TIO TOTÓ E BONDADE: TRAUMA E MEMÓRIA

Tio Totó, irmão da mãe de Maria-Nova, é figura central nas histórias colhidas pela menina, constituindo-se, de certa forma, em um guia para ela. Ao contar suas memórias para Maria-Nova, Tio Totó transmite a ela todo um conhecimento de sua história passada e, ao mesmo tempo, revela expectativas sobre o futuro dela, de maneira que a proximidade dos dois constitui um elo entre o passado e o presente que envolve Maria-Nova. Ao lado de Vó Rita e Bondade, Tio Totó encoraja Maria-Nova através de suas histórias, fornecendo matéria para o crescimento dela.

Ainda jovem, Totó saiu da fazenda em que trabalhava, junto com sua esposa. Os pais de ambos foram escravizados e, com a abolição da escravatura, o local foi vendido. No processo de ida, o personagem encontra sua primeira grande travessia, com a morte da esposa e da filha, simbólica em termos de representação e que o acompanha ao longo de toda sua trajetória já na cidade:

Já Tio Totó sempre fora um homem de risos e sorrisos fartos. A gargalhada dele retumbava. Ele viera de pais escravos. Viera são, salvo e sozinho da outra banda do rio, deixando nas águas o melhor de seu. Viera de uma primeira mulher e de uma segunda mulher morta. Viera de filhos mortos. Estava no terceiro casamento, cumpria seu tempo de vida com seus noventa e tantos anos. E até bem pouco, ria gostoso, ria liberto. Seu riso, sua gargalhada foi rareando quando ele começou a envelhecer. Tio Totó custou a se tornar um velho. Aos oitenta anos era um moço. E gostava de repetir: eu não sou de morte fácil, de vida difícil sim! De todas as suas histórias, a que ele gostava mais de contar e repetia sempre, era a da travessia do rio. Sempre começava

assim: “Cheguei são, salvo e sozinho na outra banda do rio. Gostaria de ter morrido, mas estou aqui.” (EVARISTO, 2013, p.70-71)

Esse chegar “são, salvo e sozinho” do outro lado é o que acompanha Tio Totó ao longo da narrativa. Já na cidade grande, o personagem sofre um novo golpe: sua segunda esposa morre ao dar à luz gêmeos. Mais uma vez ele chega à outra margem do rio “são, salvo e só”. Não há muita notícia de como cresceram os filhos de Totó e Negra Tuína, apenas que eles foram cuidados por uma vizinha. Maria-Velha, de quem Maria-Nova herdou o nome, é a terceira esposa do personagem e juntos, os dois são fonte imprescindível de histórias para Maria-Nova, responsáveis por levar a ela toda uma memória necessária para compreender o que se passa na favela.

Ele é tido, por Maria-Nova, como esse homem que já viveu tanto, que já sofreu muito e que agora não pode mais suportar mais uma travessia. O desfavelamento representa isso para Tio Totó, uma nova travessia, em busca de um novo modo de viver que ninguém sabe muito bem como é, longe da favela e, por isso, causa tanto sofrimento.

Outro personagem essencial para Maria-Nova e, portanto, para a narrativa, é Bondade, descrito por ela como um ser enigmático na favela: ninguém conhece de onde ele vem ou a sua história, mas sempre pode contar com a ajuda dele:

Bondade conhecia todos as misérias e grandezas da favela. Ele sabia que há pobres que são capazes de dividir, de dar o pouco que têm e que há pobres mais egoístas em suas misérias do que os ricos na fartura deles, Ele conhecia cada barraco, cada habitante. Com jeito, ele acabava entrando no coração de todos. E quando se dava fé, já se tinha contado tudo ao Bondade. **Era impressionante como, sem perguntar nada, ele acabava participando do segredo de todos.** Era um homem pequeno, quase miúdo, não ocupava muito espaço. Daí, talvez a sua capacidade de estar em todos os lugares. Bondade ganhou o apelidado que merecia. [...] Não se sabe como, Bondade tinha sempre um trocadinho. Era um leite que ele comprava, um remédio que trazia, um pão que não se teria hoje. [...] Ninguém bulia com ele, ninguém indagava nada, nem as crianças, nem Maria-Nova que era a curiosidade em pessoa. **Todo mundo respeitava o mistério de Bondade.** (EVARISTO, 2013, p. 54-56, grifos meus)

Tio Totó e Bondade, ainda que nunca apareçam juntos em nenhuma cena de *Becos da memória* (2013), tomam para si a tarefa de trazer à Maria-Nova toda uma gama de histórias do passado, histórias que têm um propósito e que envolvem pessoas próximas, com as quais ela pode conviver, observar e tirar suas próprias conclusões. Negro Alírio é uma dessas pessoas: Maria-Nova o observa chegar na favela, se ambientar, fazer morada na casa e no coração de Dora, ao mesmo tempo em que escuta as histórias sobre ele contadas por Bondade e imagina o

que esse homem pode fazer por todos ali, o seu empenho em deter ou pelo menos colocar um pouco de dignidade no processo de remoção dos moradores.

Em última análise, Bondade é como um espelhamento de Tio Totó, porém nunca chegou “só” na outra margem do rio: sempre foi “só, são e salvo”, sempre foi sozinho e feliz pela ajuda que pode prestar aos demais. Ao contrário de Tio Totó, que se ressentia por não mais ter a garantia de um lugar certo para ficar, Bondade não necessita disso. Como o próprio nome sugere, ele vai onde as pessoas precisam, onde sua presença é reclamada. Para ele, nunca houve uma outra margem do rio ou uma travessia na qual pudesse perder alguma coisa, porque tudo já é dele, desse sentimento de gratidão e ajuda; o rio é inteiro, completo. Através de suas histórias, Bondade mostra à Maria-Nova esse rio completo, inteiro, imenso que ela tem diante de si e sobre o qual precisa tomar uma posição, saber como nadar, para onde ir. Enquanto Bondade apresenta o rio inteiro, Tio Totó oferece à Maria-Nova uma parte muito particular desse rio, uma fração da sua história, e as histórias narradas pelos dois constituem a maior fonte para a *organizadora de memórias e contadora de histórias*, cada uma a seu modo e de forma complementar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para a realização deste trabalho surgiu a partir de observações e questionamentos levantados na sala de aula, à luz da reação – e da relação – de leitores reais com *Becos da memória* (2013). Foi a docência, portanto, que me levou a esse trabalho e à vontade de pesquisar sobre os processos descritos nessa narrativa. Meu objetivo era entender, através do estudo da narrativa, por que essa leitura se mostrou tão desafiadora naquele momento. Por que, cada vez que surgia algum questionamento sobre preconceito, discriminação ou exclusão racial/social, os alunos se retraíam, como se pisassem em um campo minado.

Compreendi, ao longo daquelas aulas e da pesquisa para a escrita, que *Becos da memória* (2013) é uma leitura que convida a uma reflexão profunda sobre a formação da sociedade brasileira e sobre a Literatura Brasileira. Como explicitado anteriormente, não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que uma narrativa existe impunemente, livre de qualquer nuance ideológica. Por isso, junto da fruição estética, a narrativa pode e deve constituir-se em oportunidade de reflexão e questionamento.

A Literatura Afro-brasileira, especialmente por sua característica de contestação, de busca por voz e espaço, demanda uma perspectiva de questionamento e leitura crítica sobre as problemáticas que traz, como desigualdades sociais, por exemplo. Essa perspectiva de estudo é compatível com a sala de aula e com o ambiente acadêmico. É algo transversal, que perpassa o próprio fazer docente e acadêmico e está no cerne de todo e qualquer trabalho que se proponha a investigar, a buscar através de diferentes perspectivas além de um modelo fixo.

A experiência no PIBID Língua Portuguesa me mostrou que, para ser professora, é necessário pesquisar constantemente, adaptar-se e readaptar-se às necessidades reais dos alunos e da escola em termos de ensino e aprendizagem, e essa necessidade de adaptação não se restringe à docência, mas se estende às demais formas e práticas de pesquisa. Por isso, buscar na materialidade do texto oportunidades para reflexão e questionamento é uma maneira de trazer a realidade (dos alunos, de uma certa comunidade, de uma região, de uma época, etc.) para mais perto da perspectiva do leitor (pesquisador, professor, aluno).

O desenvolvimento teórico deste trabalho é um exemplo de busca por aproximação entre teoria e prática. A pesquisa sobre a história do povo negro no Brasil entre os séculos XVI e XIX foi fundamental para a compreensão acerca de como os processos narrados em *Becos da memória* (2013) encontram eco na história de formação do Brasil e, conseqüentemente, na Literatura Brasileira. A partir do estudo em diferentes fontes, desde textos da Sociologia e da História até artigos sobre a história da Teoria Literária no Brasil, formou-se o alicerce para compreender o contexto a que os sujeitos negros estavam submetidos ao longo desse período e como foram representados na Literatura Brasileira. Esse estudo levou à pesquisa sobre trauma e memória na Literatura, pois era preciso investigar como essa formação violenta e excludente é passada de uma geração a outra, propagando-se através do relato e da escrita, apesar da distância temporal. Para isso, as reflexões a partir dos textos de Hartman (2003) Caruth (1991) e Luckhurst (2008) foram imprescindíveis para a análise do trauma em *Becos da memória* (2013), bem como as proposições de Ricoeur (2007) sobre a natureza da memória, e os trabalhos de Halbwachs (1990) e Pollak (1989) sobre a memória coletiva.

As conclusões observadas a partir da relação entre trauma e memória coletiva presentes no texto de Conceição Evaristo constituíram-se, por sua vez, na base para a reflexão sobre identidade, alteridade e formação/enunciação dos personagens do romance. Dessa forma, as proposições de Bhabha (2007) acerca da identidade colonial foram fundamentais para essa análise, através do estudo sobre as características de identidade dos sujeitos que estão nas margens, que não fazem parte do centro e que foram e/ou são submetidos a ele cultural e socialmente como modelo a ser imitado.

Dessa maneira, buscando compreender a identidade desse sujeito marcado pela relação com o centro (cânone), seja em termos de adequação ou de afastamento, chegou-se à análise dos personagens, procurando em suas histórias e ações exemplos da relação entre trauma, memória e identidade. Cada personagem de *Becos da memória* (2013) poderia ser, por si só, um objeto de estudo. Cada um tem uma história tão própria, seja de dor e/ou de alegria, que convida a um mergulho em sua complexidade e composição. Foram escolhidos os mais representativos dos conceitos aqui analisados, isto é, aqueles em que se observa forte relação entre passado e presente como construção identitária atravessada pelo trauma e pela memória. Acredito ter cumprido, através dessa análise, o objetivo de investigar a extensão desses conceitos nos personagens selecionados.

Algumas respostas ficaram claras ao longo dessa jornada de aprofundamento no texto literário e de estudo teórico sobre a relação entre trauma, memória, identidade e Literatura: a força do trauma e da memória coletiva em *Becos da memória* (2013) é tão presente, explícita ao longo da leitura – ainda que não se saiba como chamar isso, que não se conheça esses termos – que pode ser doloroso dialogar sobre ela. Como uma autopreservação, é preferível não tratar disso. É justamente por isso que é necessário promover espaço para reflexão a partir da Literatura, pois é necessário que se fale sobre esses processos. É necessário, enfim, refletir sobre a sociedade brasileira atual e sua formação – não para apontar culpados ou vilões, porque a Literatura já tem os seus próprios personagens complexos – mas para perceber na matéria narrada fonte para debate e inspiração.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. Dossiê temático, **Revista Rio de Janeiro**, n.10, maio-ago. 2003, p. 39-79. Disponível em <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf> Acesso em: 14 maio 2016.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Síntese Universitária.

_____. **Introdução à Literatura Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, 4ª reimpressão.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 10 set. 2015.

CARNEIRO, Edison. **Antologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ediouro, [1950].

CARUTH, Cathy. Unclaimed Experience: Trauma and the Possibility of History. **Yale French Studies**, n.79, Literature and Ethical Question, 1991, pp. 181-192.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Constância Lima. História da literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero. In: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/FALE: Pós-Lit, 2002, pp. 211-220.

DUARTE, Eduardo de Assis. Notas sobre a Literatura Brasileira Afro-descendente. In: SCARPELLI, Marli Fantini; DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG/FALE: Pós-Lit, 2002, pp. 47-61.

_____. “O negro na literatura brasileira”. **Navegações**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/16787/10936>> Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. “Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade”. **Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários**, Paraná, v.17-A, dez. 2009, p. 6-18. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol17A/TRvol17Aa.pdf> Acesso em: 28 abr. 2016.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

_____. **Becos da memória**. Minas Gerais: Mazza, 2006.

_____. “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.13, n.25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/viewFile/4365/4510>> Acesso em: 27 abr. 2016.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Minas Gerais, 2013, 114 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Loyola, 2012, Leituras Filosóficas.

GERALDI, João Wanderlei. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GINZBURG, Jaime. “Autoritarismo e Literatura: a história como trauma”. Santa Maria, Rio Grande do Sul: **Vidya**, v. 19, n. 33: janeiro/junho 2000, pp. 43-52.

GOMES, Heloísa Toller. **O negro e o Romantismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Atual, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTMAN, Geoffrey. “Trauma within the Limits of Literature”. **European Journal of English Studies**, 2003, vol. 7, n. 3, Yale University, New Haven, p. 257-274.

HOOKS, bell. **Teaching to Transgress – Education as the Practice of Freedom**. London, New York: Routledge, 1994.

_____. “Homeplace (a site of resistance)”. 1990, pp.383-390. Disponível em: <<http://abahlali.org/wp-content/uploads/2014/03/hooks-reading-1.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conteúdo Histórico: Brasil – 500 anos de povoamento**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28 fev. 2016.

JOBIM, José Luís. Identidade nacional e outras identidades. In: _____. **Literatura e Cultura: do nacional ao transnacional**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.49-66.

LUCKHURST, Roger. **The Trauma Question**. Routledge: Londres, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. São Paulo: CEBRAP: **Novos Estudos**, n. 74, março de 2006, pp. 107-123

MARTINEZ, Paulo. **África e Brasil – Uma ponte sobre o Atlântico**. São Paulo: Moderna, 1992, Coleção Polêmica.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996, pp. 47-75.

NICKEL, Vivian. **Trauma, história e memória em A Mercy, de Tony Morrison**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012, 104p.

NUNES, Marion Kruse. **Restinga**. Porto Alegre, Unidade Editorial, 1997.

PALMEIRA, Francineide Santos. “Identidade étnica e literatura afro-brasileira”. **Revista multidisciplinar da UNIESP - Saber acadêmico**, n° 11, Jun. 2011, p. 20-32. Disponível em <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/02.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. “Escritoras negras na América Latina”. **XI CONLAB – Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (des)igualdades**. Salvador, 2011, p.1-12. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308317859_ARQUIVO_conlabFrancineidePalmeira.pdf> Acesso em: 28 abr. 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Rosa. “Da negritude à literatura afro-brasileira: um olhar histórico-literário”. **Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC -Internacionalização do Regional**, Paraíba, Campina Grande, 2013, p. 1-6. Disponível em <http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434459413.pdf> Acesso em: 27 abr. 2016.

PIMENTA, Antoniele Monteiro; OLIVEIRA, Maria Isabel Soares. “O negro na literatura brasileira: uma análise na escola literária romântica”. **VII CONNEPI**. Palmas, Tocantins, 2012, pp. 1-8. Disponível em <<http://prop.i.iftto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/4342/1275>> Acesso em: 27 abr. 2016.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTAL LITERAFRO. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. Disponível em <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro>> Acesso em: 28 abr. 2016.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Organização, atualização e notas por Luiza Lobo; introdução de Charles Martin. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença Edições; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988, Coleção Resgate. 1. ed. 1859. Ed. Fac-similar 1975.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al]. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares: lições do Rio Grande**. Volume I. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Célia R. dos; WIELEWICKI, Vera H. Gomes. Literatura de autoria de minorias étnicas e sexuais. In: BONNICI, Thomas; ZONIN, Lúcia Osana (Orgs.). **Teoria literária – abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3 ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX - O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996, pp. 147-185.

_____. A questão racial no Brasil. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 153-177.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Memória dos bairros: Restinga**. Porto Alegre: SMC, 1990. Disponível em <http://www.portoalegre.rs.gov.br/estudiorestinga/downloads/memoria_bairros_restinga.pdf> Acesso em: 14 maio 2016.

TENÓRIO, Jeferson. “Uma outra face do poeta”. Reportagem. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 17 de janeiro de 2016, p.5.

TONINI, Hernanda; BARCOS, Mirelle. “Educação e turismo: políticas públicas e formação de cidadãos no bairro Restinga (Porto Alegre-RS)”. **III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar – SPI**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 2011. Disponível em “https://unisul.br/wps/wcm/connect/0acd26db-62cc-478f-8c14-9b7d9aa7173e/artigo_educacao-e-turismo-politicas-publicas_3-spi.pdf?MOD=AJPERES” Acesso em: 14 maio 2016.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão XIV**. Bahia: 1633. Disponível em <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37266>> Acesso em: 28 mar. 2016.